



FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

REATIVAR E HABITAR A CIDADE

NOVOS MODELOS DE HABITAR ENQUANTO ESTRATÉGIA DE
REGENERAÇÃO DE MARVILA

ANA MARIA FONTES DA SILVA FIGUEIREDO

(Licenciada)

PROJETO FINAL DE MESTRADO ELABORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA
(MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA)

Orientador Científico: Doutor Arquiteto Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias,
Professor Auxiliar

JÚRI:

Presidente: Doutor Arquiteto Miguel Calado Baptista Bastos, Professor Auxiliar

Vogal: Doutora Arquiteta Maria Manuela Afonso da Fonte, Professora Auxiliar

Orientador: Doutor Arquiteto Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias, Professor Auxiliar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

LISBOA, MARÇO DE 2017

RESUMO

Título

REATIVAR E HABITAR A
CIDADE
Novos Modelos de Habitar
enquanto Estratégia de
Regeneração de Marvila

Nome

Ana Maria Fontes da Silva
Figueiredo

Orientador Científico

Professor Auxiliar Doutor
Arquiteto Hugo José
Abranches Teixeira Lopes
Farias

Mestrado Integrado em
Arquitetura

FAUL

Lisboa, março 2017

Nos últimos anos tem-se verificado uma enorme mudança no paradigma social, numa sociedade onde as práticas contemporâneas se regem cada vez mais por uma maior imprevisibilidade e heterogeneidade, modos de vida complexos e em constante mutação aos quais a arquitetura se depara, procurando novas respostas, principalmente nas grandes cidades. Aliado a este contexto, surge uma outra tendência pelo retorno ao centro das mesmas, o qual se traduz, numa tentativa de as requalificar.

Em *Reativar e Habitar a Cidade* são apresentados os resultados de uma procura de conceitos e estratégias que combinados consigam produzir soluções de carácter flexível na arquitetura. Estas soluções surgem associadas a uma reflexão sobre estratégias gerais que possibilitem regenerar e habilitar uma zona obsoleta e abandonada da cidade, tonando-a mais dinâmica, diversificada e versátil, ou seja, uma nova centralidade.

A aplicação dos métodos estudados ganha vida através do desenvolvimento prático de uma estratégia geral de intervenção, que passa pela regeneração da antiga zona industrial de Marvila, introduzindo de forma destacada os temas da multifuncionalidade e flexibilidade nos edifícios aprofundados, na tentativa de apresentar uma solução capaz de abranger novas formas de habitar, indo ao encontro das mudanças geradas pelas transformações das condicionantes transversais à evolução da sociedade.

Palavras Chave

Diversidade | Flexibilidade | Habitação | Marvila | Regeneração

ABSTRACT

Title

REACTIVE AND INHABIT
THE CITY
New Dwelling Models as
Strategy for Marvila's
Regeneration

Student's name

Ana Maria Fontes da Silva
Figueiredo

Adviser

Assistant Professor Hugo
José Abranches Teixeira
Lopes Farias

Integrated Masters Degree
in Architecture

FAUL
Lisbon, March 2017

Last few years there has been an enormous change in the social paradigm, of a society where the contemporary practices have followed, once more, an unpredictability and heterogeneity, complex ways of living facing a constant mutation with the architecture itself, searching for new answers, especially in big cities. Aligning itself with this concept, comes another tendency for a centralization, which can be translated, as an effort of requalification.

Reactive and Inhabit the City presents the results of a search of concepts and strategies that combined can produce solutions of a flexible character in architecture. These solutions appear associated to a reflection about general strategies, that open a possibility for an obsolete and abandoned part of the city to be rebirth and a place one can live in, making it more dynamic, diversified and adaptable, meaning, a new centralization.

Furthermore, the application of the methods at hand gains life through the practical development of a general strategy of intervention that goes through the rebirth of an old industrial Marvila, introducing multifunctional and flexibility as themes in deeper buildings, in a way to present a capable solution that can incorporate new ways of living, facing towards changes that were caused by the transformations of an evolved society.

Keywords

Diversity | Flexibility | Housing | Marvila | Regeneration

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho determina o final de um percurso académico que contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade.

Ao meu orientador, professor Hugo Farias, pela sua disponibilidade e pela sabedoria que me soube transmitir ao longo dos últimos meses, bem como ao longo do meu percurso académico. Pela sua dedicação, assertividade, motivação e paixão pela arquitetura, que sempre demonstrou de forma exímia, tornando-se numa verdadeira inspiração nesta jornada.

Aos meus pais, por toda a dedicação e empenho na minha educação. Agradeço-vos o apoio incondicional e paciência nas horas de maiores dificuldades. Pelos conselhos que me fizeram superar os desafios, e me tornar na pessoa que hoje sou, o meu profundo e sentido agradecimento.

Ao meu avô Henrique, que com nostalgia recordo, agradeço a força de vontade e perseverança que me mostrou ao longo da sua vida, principalmente nos momentos de maior dificuldade. Pelo orgulho que demonstrou ter no meu esforço e assim acreditar que, dessa forma, todos os projetos se tornam reais. Pelo seu desejo insaciável de acompanhar o meu percurso académico, decerto, olhou por mim durante o final desta etapa da minha vida.

Aos meus tios, ao primo Frederico e à madrinha Isabel pelo apoio e orgulho que demonstraram ao longo deste percurso, pela paciência, procura e interesse no meu trabalho e no meu sucesso.

À Fátima e ao Carlos, pelo carinho, disponibilidade e apoio. A minha gratidão pelo conhecimento que me transmitiram e pelo suporte nos momentos de aflição longe de “casa”.

À Rita por me ter proporcionado aprender e brincar num Lar com esperança e amor.

À prima Geni pela sua disponibilidade e colaboração em longas horas de trabalho.

À Isabel pela motivação, interesse e carinho demonstrado na reta final deste percurso.

Aos meus amigos e colegas de sempre, e a todos os que tive a oportunidade de conhecer ao longo deste percurso, pelo carinho, amizade e colaboração em longas horas de trabalho, contribuindo assim para o enriquecimento desta experiência.

A todos, enfim, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

A todos vós dedico:

Da minha aldeia vejo quanto da terra
se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande
Como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
e não do tamanho da minha altura...

(Excerto do poema Eu Sou do Tamanho do que Vejo
de Alberto Caeiro)

“Projetar de modo a que sejam possíveis várias interpretações devia querer dizer não apenas que as coisas que fazemos podem desempenhar diversos papéis, mas também que os próprios utilizadores são encorajados através delas a desempenhar mais papéis. Não somos apenas nós que interpretamos a forma, ao mesmo tempo, a forma interpreta-nos; mostra-nos algo daquilo que somos.”

Herman Hertzberger (1973)

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTO	7
2.1 O Lugar - Marvila	7
2.2 A Área de Intervenção	13
3. A REGENERAÇÃO	19
3.1 Nota Introdutória	19
3.2 Decadência dos Centros e Margens Urbanas	20
3.3 Da Renovação à Regeneração Urbana	23
3.4 Reconversão de Antigas Zonas Industriais	30
3.5 A Diversidade	34
3.6 HafenCity – O Caso de Estudo	35
4. A FLEXIBILIDADE	39
4.1 A Sociedade Contemporânea e o Habitar Doméstico	39
4.2 Flexibilidade e Adaptabilidade – Conceitos	43
4.3 Tipos de Flexibilidade	47
4.3.1 Flexibilidade Inicial e Flexibilidade Permanente	48
4.3.2 Flexibilidade Ativa e Flexibilidade Passiva	53
4.3.3 Ambiguidade e Alteração da Hierarquia Espacial	54
4.4 Estratégias de Flexibilidade	55

4.4.1 Escala do Edifício	56
4.4.2 Escala do Habitar	58
4.4.2.1 Espaços Neutros e Polivalência de Usos	58
4.4.2.2 O Bloco Funcional	60
4.4.2.3 O Compartimento Autónomo	62
4.4.2.4 A Circulação Alternativa	63
4.4.2.5 Dentro da Parede – O Armário como Elemento de Separação	66
5. O PROJETO	69
5.1 Estratégias de Intervenção	69
5.2 Plano Urbano	70
5.3 A Proposta	72
5.4 Espaço Público	74
5.5 Linguagem	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS	87

ÍNDICE DE IMAGENS

1. Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, Rua Amorim, 1910 (http://abiliocoelho.webnode.pt/products/sociedade-comercial-abel-pereira-da-fonseca/).	09
2. Interior da Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata, 1947 (http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/09/fabrica-de-material-de-guerra.html)	09
3. <i>Lisbon WorkHub</i> – Espaço de <i>cowork</i> que funciona no antigo edifício da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca (https://www.facebook.com/lxworkhub/photos/a.854020001286136.1073741828.854012367953566/1077385748949559/?type=1&theater).	10
4. Fábrica do Braço de Prata – Espaço Cultural (Interior) (https://www.eaqui.pt/lugar/fabrica-braco-de-prata/).	11
5. Fábrica do Braço de Prata – Espaço Cultural (Exterior) (http://andregoncalves.photoshelter.com/image/I0000PONnRZD1z.o)	11
6. Vertigo Climbing – Espaço de Escalada. Um dos exemplos de novos usos que se estabeleceram nos antigos armazéns industriais de Marvila (http://www.courierpaper.com/international/area-guide-marvila-lisbon/).	11
7. Comparação da população residente em Marvila com a população residente em Lisboa e em Portugal, em 2011, segundo quatro grupos etários (Fonte: Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística).	12
8. Variação da população residente em Marvila entre 2001 e 2011 segundo quatro grupos etários (Fonte: Censos 2001, Instituto Nacional de Estatística).	12
9. Identificação da área de análise proposta em contexto de turma (Esquema da autora, 2014).	14
10. Identificação da área de análise do projeto e área de intervenção (Esquema da autora, 2015)	14
11. Evolução histórica da área de análise, 1911-2011 (Esquemas da autora, 2014)	15
12. Praça 25 de Abril (https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/04/24/praca-25-de-abril/).	16

13. Praça David Leandro da Silva (Fotografia da autora, 2016).	16
14. Doca do Poço do Bispo (http://www.joaocarmosimoes.com/pt/arquitectura/projecto-urbano-lisboa-oriental-matinha-e-poco-do-bispo?images=projecto-urbano-lisboa-oriental-matinha-e-poco-do-bispo).	16
15. Edifícios abandonados do centro de St. Louis, Missouri, U.S.A (http://www.dailymail.co.uk/news/article-2169773/Stunning-photographs-transform-St-Louis-landscape-crumbling-buildings-abandoned-homes-slum-beautiful-art.html).	21
16. Fotografia aérea da zona industrial de Poço do Bispo/Braço de Prata em 1947 (http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/09/fabrica-de-material-de-guerra.html).	22
17. Fotografia aérea da zona industrial de Poço do Bispo/Braço de Prata atualmente (Montagem fotográfica da autora).	22
18. Plano Voisin, Paris, Le Corbusier – Maqueta do conjunto, 1925 (http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6159&sysLanguage=en-en&itemPos=2&itemCount=2&sysParentName=Home&sysParentId=65).	24
19. Zona de Intervenção da Expo 98 e posterior Parque das Nações, antes do processo de intervenção (http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=550109).	29
20. Zona de Intervenção da Expo 98 e posterior Parque das Nações, depois do processo de intervenção (http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?caso=projeto&lang=pt&id_object=832&name=Parque-das-Nacoes-).	29
21. Intervenção em Poblenou, Barcelona (http://s226.photobucket.com/user/carlosarmor/media/DSC07604.jpg.html).	29
22. Intervenção do Porto 2001 no espaço público da Cordoaria (http://www.revistapunkto.com/2013/04/a-cidade-entre-o-efeito-barcelona-e-o.html)	30
23. Zona ribeirinha de Bilbao com museu Guggenheim, 2012 (http://www.spain.info/en/que-quieres/ciudades-pueblos/grandes-ciudades/bilbao.html).	33
24. Buchanan Street, Glasgow, 2009 (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:(looking_down)_Buchanan_Street,_Glasgow.jpg).	33
25. Tacheles, edifício ocupado por artistas, Mitte, Berlim, 2013 (http://ic.pics.livejournal.com/innguru/21341711/51538/51538_original.jpg).	33
26. Proposta de intervenção no porto de <i>HafenCity</i> , 2000 (http://www.kcap.eu/en/projects/v/hafencity/163).	35

27. Zona de lazer – Diversidade de atividades e formas de ocupação do espaço público (http://www.hafencity.com/en/concepts/open-space-in-western-hafencity.html).	38
28. Zona de lazer – Diversidade de atividades e formas de ocupação do espaço público (http://www.hafencity.com/en/concepts/versatile-open-spaces-in-ueberseequartier.html).	38
29. Escadarias serpenteadas complementadas com vegetação, elementos em betão e elementos cerâmicos de revestimento do piso (https://image.architonic.com/imgArc/project-1/4/5205324/Miralles%20Tagliabue-Hafencity-06.jpg).	38
30. Escadarias serpenteadas complementadas com vegetação, elementos em betão e elementos cerâmicos de revestimento do piso (https://image.architonic.com/imgArc/project-1/4/5205324/Miralles%20Tagliabue-Hafencity-05.jpg).	38
31. Vista de <i>Magellan Terrassen</i> (http://www.kcap.eu/en/projects/v/hafencity/163).	38
32. Diversidade de famílias nos anos oitenta (GALFETTI, Gustau Gili. <i>Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto</i> , Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.11.).	40
33. Contexto geral que envolve vários temas e os correlaciona (GAUSA, Manuel. <i>Housing, new alternatives, new systems</i> , Basileia: Birkhäuser, 1999, p.18.).	42
34. Espaço doméstico adaptável a diferentes agregados domésticos e usos (COELHO, António Baptista. Tese para investigador do LNEC. Recolhido em PAIVA, Alexandra. <i>Habitação flexível: análise de conceitos e soluções</i> , Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.123).	44
35. Dispositivos de partição espacial. Flexibilidade ativa. (ELEB-VIDAL, Monique, CHATELET, Anne-Marie, MANDOUL, Thierry. <i>Penser l'habité: le logement en questions</i> , Paris, Pierre Mardaga Editeur, 1988).	48
36. Suporte com tipos e subtipos variados (HABRAKEN, Nicholas et al. <i>El Diseño de Soportes</i> , Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979, p.185).	48
37. <i>Maison Dom Ino</i> , Le Corbusier, 1914 (http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5972&sysLanguage=en-en&itemPos=103&itemSort=en-en_sort_string1+&itemCount=215&sysParentName=&sysParentId=65).	50
38. Vroesenlaan, J. van der Broek, 1934 – exemplo do conceito de Mobilidade (http://www.afewthoughts.co.uk/flexiblehousing/house.php?house=18&number=&total=&action=&data=&order=&dir=&message=&messagead=&photo=2).	52

39. Esquício Bairro da Malagueira, Siza Vieira, 1979 – exemplo do conceito de Evolução (http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt).	52
40. Greenwich Millenium Village, Proctor Matthews, 2001 - exemplo do conceito de Mobilidade (http://www.afewthoughts.co.uk/flexiblehousing/house.php?house=133&number=18&total=175&action=all&data=all&order=keydate&dir=DESC&message=allprojects&messagead=reverse chronologically ordered&photo=4).	52
41. Casas Extensíveis, J. van der Broek e Jacob Balema, 1963 (http://www.afewthoughts.co.uk/flexiblehousing/house.php?house=38&number=40&total=175&action=all&data=all&order=title&dir=ASC&message=allprojects&messagead=alphabetically ordered by name&photo=2).	52
42. Ambiguidade dos compartimentos (CABRITA, António Reis e COELHO, António Baptista. <i>Habitação Evolutiva e Adaptável</i> , Lisboa: LNEC, 2009, p.233.).	54
43. A livre apropriação do espaço da casa. Fotomontagem realizada por Jean-Pierre Junker sobre a casa Bianchetti de Luigi Snozzi, Zurique, 1990 (MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. <i>Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa</i> , Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.15.).	54
44. Planta da galeria da residência de estudantes Weesperstraat de Herman Hertzberger (HERTZBERGER, Herman. <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.55.).	57
45 Galeria da residência de estudantes Weesperstraat de Herman Hertzberger (HERTZBERGER, Herman. <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.55.).	57
46. Planta da galeria do edifício de proteção oficial para jovens em Sant Andreu de E. Lopez e M. Rivera (http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html).	57
47. Galeria do edifício de proteção oficial para jovens em Sant Andreu de E. Lopez e M. Rivera (http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html).	57
48. Compartimentos de uso neutro dos fogos do bloco de habitação de Morger & Degelo, Basileia (MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. <i>Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa</i> , Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.49.).	59
49. Compartimentos de usos neutro na proposta projetual (Esquema da autora).	59

50. Edifício de habitação M. Duinker e M. van der Torre, em Amesterdão-Dap-Perbuurt (PAIVA, Alexandra. <i>Habitação flexível: análise de conceitos e soluções</i> , Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.146).	60
51. Tim Heide e Verena von Beckerath vencedores de European 1, para a República Federal Alemã (PAIVA, Alexandra. <i>Habitação flexível: análise de conceitos e soluções</i> , Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.162.)	61
52. Bloco funcional nas tipologias da proposta projetual. (Esquema da autora)	61
53. Compartimento autónomo de um fogo do Edifício de habitação pombalino (MASCARENHAS, Jorge. <i>Sistemas de Construção: O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa</i> , Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p.66).	62
54. Compartimentos autónomos na proposta projetual (Esquema da autora)	63
55. Circulação e acessos ao fogo do Edifício de habitação pombalino (MASCARENHAS, Jorge. <i>Sistemas de Construção: O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa</i> , Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p.67).	64
56. Proposta de diversas circulações na proposta projetual (Esquema da autora).	65
57. Habitação amostra de <i>Eames Contract Storage</i> , 1961 (MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. <i>Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa</i> , Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.67).	66
58. Planta do projeto de Nuno Montenegro para o concurso INH, 1998 (PAIVA, Alexandra. <i>Habitação flexível: análise de conceitos e soluções</i> , Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.184).	67
59. Módulos de mobiliário do projeto de Nuno Montenegro para o concurso INH, 1998 (PAIVA, Alexandra. <i>Habitação flexível: análise de conceitos e soluções</i> , Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.185).	67
60. Módulos do mobiliário constituinte das divisórias dos compartimentos da proposta projetual (Esquema da autora).	68

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se verificado uma enorme mudança no paradigma social. Entre estas alterações, os grandes avanços de componentes tecnológicos assumiram um papel principal ao modificarem os hábitos e formas de interagir com o espaço. A tendência aponta para que estas transformações ocorram cada vez mais rapidamente, numa maior diversidade de áreas.

A palavra “habitação” sofreu uma evolução. Inicialmente era o lugar onde o ser humano vivia. Atualmente já não é apenas isso. Desde sempre o conceito “habitação” se relacionou com a privacidade de um indivíduo, o seu local, e fundamentalmente, onde dormia. Contudo esta ideia alterou-se juntamente com as mudanças que a sociedade sofreu. Considera-se que a casa, enquanto conceito, é um vasto território do pensamento contemporâneo que não é apenas limitado pela história, é bastante mais abrangente.

O habitante contemporâneo procura qualidade, sendo cada vez mais exigente no que se refere ao lar. A flexibilidade, a versatilidade e o conforto são áreas cada vez mais indispensáveis. Isto porque cada vez menos a “habitação” é um local para apenas dormir. É para tudo: lazer, repouso e trabalho! Desta forma, todo o processo envolvente é cada vez mais elaborado e complexo de forma a satisfazer todas as necessidades do habitante contemporâneo. O lar é cada vez mais um espelho da alma, uma intimidade partilhada, a expressão de um espaço, de uma cultura, um esforço conjunto de diferenciar a experiência que é apenas “estar em casa”.

Aliada a este novo conceito entre portas, surge uma outra tendência pelo retorno ao centro das cidades e, conseqüentemente, uma tentativa de requalificação das mesmas. Para isso recorre-se a uma alteração dos espaços obsoletos de forma a posteriormente integrar a malha urbana. É neste contexto que a regeneração urbana se torna importante, pois acaba por ser uma forma de recuperar o que já se perdeu. No entanto, a mentalidade da sociedade contemporânea não apresenta o mesmo estilo de vida que a sociedade que habitou e vivenciou estes lugares obsoletos. Segundo

François Ascher, mudaram-se os hábitos, formas de agir, de trabalhar, de habitar, de nos relacionarmos. Mudaram-se as atividades de lazer, as relações com a mobilidade e com a cidade que habitamos, aquilo em que acreditamos ou conhecemos, as expectativas e sonhos, assim como o próprio significado dos espaços públicos. Este processo de alteração dos modos de vida urbana tende a continuar e tem impacto nas cidades e nos territórios. Deste modo, a requalificação passa também por um processo de análise destas, do novo conceito de casa e das suas novas prioridades. Assim, ao encarar a habitação como tema unitário da cidade, a busca de novos modelos, pode ser a resposta capaz de sobreviver a estas tendências que vão surgindo rapidamente.

“ (...) numa trintena de anos as evoluções foram consideráveis nas práticas quotidianas dos cidadãos, nas formas das cidades, nos meios, motivos, lugares e horas das deslocações, nas comunicações e nas trocas, nos equipamentos públicos e nos serviços, na tipologia dos lugares urbanos, nas atitudes em relação à natureza e ao património, etc.”¹

Os fluxos de novos e diferentes habitantes são constantes. Vêm acompanhados pelas suas variadas culturas e diversidade social. E, a dinamização das cidades, respondendo às necessidades dos habitantes e de um centro urbano em constante mutação, pode ter como resposta um novo modelo de habitar a cidade.

O aumento da longevidade, o aumento das famílias monoparentais e unipessoais, o atraso na saída dos jovens de casa dos pais são exemplos das consequências das transformações sociais que afetam a cidade e a casa. Impulsionar a reconversão do espaço habitacional, não só apenas partindo da útil reformulação, espacial e técnica, mas também a partir da pesquisa de novas ordens urbanas. Assim, torna-se essencial responder às necessidades de uma sociedade com hábitos múltiplos e em constante mutação, sendo igualmente importante o facto de existirem alterações ao uso tradicional da habitação, introduzindo-se novas funções. Neste contexto é necessário

¹ ASCHER, François. *Os Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p.61.

compreender de que forma a habitação pode responder às necessidades de variação de uso dos espaços por parte dos utilizadores de hoje. Sendo este um contexto incerto e cada vez previsível, conceitos como a flexibilidade e a diversidade devem fazer parte do léxico arquitetónico do espaço doméstico. O conceito de flexibilidade no espaço doméstico pode ser entendido como a capacidade do espaço físico se adaptar ao processo dinâmico do habitar, isto é, uma condição inerente à própria forma arquitetónica. Implícito neste conceito está o entendimento de que o uso do espaço doméstico é um processo variável e dinâmico. Variável, porque os usos praticados estão relacionados com os estilos de vida dos moradores, com os seus valores, níveis culturais e singularidades, e portanto, não são universais. Dinâmico, porque os usos acompanham a evolução da sociedade e, como tal, não se mantêm fixos no tempo.

Questões de Trabalho

O presente trabalho procura entender de que forma a habitação, nomeadamente a que ofereça a capacidade de se adaptar ao processo variável e dinâmico do uso do espaço doméstico, se pode apresentar como um recurso fundamental para uma intervenção estratégica junto de uma antiga zona industrial, promovendo uma solução coesa para uma malha urbana consolidada.

Neste contexto surgem como reflexões fundamentais:

- Como qualificar a cidade mantendo a sua memória, criando uma cidade coesa, coerente, contínua, e diversificada, no espaço e no tempo?
- De que modo a requalificação de uma área pós-industrial poderá estabelecer novos padrões de organização permitindo alcançar uma cidade coesa e qualificada?
- De que modo a habitação pode se tornar num uso primordial a implantar para atrair novos residentes, e consequentemente contribuir num processo de requalificação urbana?

- Poderão a flexibilidade e a adaptabilidade responderem às alterações das necessidades de variação de uso dos espaços por parte dos utilizadores de hoje, acompanhando assim as constantes transformações sociais, laborais e tecnológicas?

Objetivos

Habitar a cidade remete para uma preocupação global de explorar os limites da arquitetura contemporânea e a sua competência de gerar novos dispositivos formais que superem os convencionalismos da própria disciplina. Estes dispositivos, sustentados pela invenção da forma, apoiados numa construção plástica incomum, como na definição de esquemas conceptuais mais abstratos com uma relação direta.

Neste sentido torna-se fundamental apresentar uma solução para uma malha urbana consolidada, ou seja, a partir do que existe criar uma completa sintonia entre os variados elementos. A realidade material e funcional que terá que ser criada, deverá ter em atenção variantes como infraestruturas que já existam e espaços não edificados que nele estejam.

As novas e diferentes populações que vão chegando a estas antigas zonas industriais, muitas vezes junto de zonas ribeirinhas, cada vez mais famosas e chamativas, necessitam, para se fixarem, de verificarem alterações ou melhoramentos nos eixos de intervenção estratégica; dito de outra forma, é necessário introduzir ou intensificar a multifuncionalidade, reforçar conexões e facilitar a mobilidade, valorizar a paisagem e potenciar a continuidade ecológica, valorizar o património cultural e o ambiente urbano, melhorando assim as condições de habitabilidade e qualidade do espaço público, de lazer e encontro destes locais. Assim, uma nova forma de habitar que acompanha a nova geração.

Deste modo, na componente de investigação pretende-se elaborar uma pesquisa e posterior avaliação sobre os elementos que caracterizam um processo de transformação e reativação urbana identificando conceitos associados a esta temática, bem como o seu contexto histórico. Pretende-se ainda avaliar de que modo o

pensamento da habitação foi evoluindo consoante as mudanças que iam ocorrendo na sociedade, com especial enfoque nas temáticas da flexibilidade e adaptabilidade. Em complementaridade, é também intenção atentar de que modo a população se inscreve e se desenvolveu na área de trabalho em causa e entender como o local influencia as decisões da proposta de intervenção.

Na componente prática pretende-se, através do projeto urbano e arquitetónico, de forma a revitalizar a envolvente próxima e a freguesia em que se insere. Um dos objetivos passa por dotar a zona de intervenção em questão de usos e funções suficientemente diversificados, proporcionando a fixação e integração de novos grupos sociais, promovendo assim, numa perspetiva futura, a coexistência entre os atuais residentes e outras faixas da sociedade (jovens adultos, estudantes, entre outros) sobre um ambiente de atividades múltiplas que suportassem modos de vida diferentes.

A proposta projetual prevê a inclusão de um conjunto de edifícios de escala urbana numa área desqualificada, com capacidade de acolher diversos usos, tais como: comércio tradicional, trabalho e habitação; tendo como principal intuito trazer novas possibilidades de viver o espaço e também novas tipologias habitacionais flexíveis e adaptáveis que permitam atrair novos residentes.

Estrutura

Numa fase inicial do trabalho, recorre-se a uma análise do contexto social, histórico e urbano do local, bem como das suas dinâmicas e vivências atuais. Revela-se fundamental entender a posição num contexto mais amplo ao nível do bairro/freguesia até a um contexto mais próximo, ao nível do território alvo de intervenção. Nesta análise específica da área a intervencionar são identificados problemas e carências, bem como as suas potencialidades, resultando em algumas conclusões de grande importância ao nível urbano. Esse processo levou em conta a análise de documentos estratégicos para a cidade de Lisboa como o Plano Geral de Intervenções da Frente

Ribeirinha, Plano Diretor Municipal (2012), o Programa LX-Europa 2020 ou a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024.

Após a realização de um enquadramento geral do local, segue-se o capítulo *A Regeneração* que procura expor o tema, de uma forma sucinta, apresentando os conceitos teóricos relacionados com o mesmo, o enquadramento histórico destes processos, e em que medida as estratégias envolvidas tem resultado quando aplicadas em casos práticos. Realiza-se também uma abordagem mais específica do tema no contexto de antigas zonas industriais, bem como de uma das premissas implícitas nestes processos, a diversidade funcional da cidade.

No capítulo seguinte, é explorado o tema da flexibilidade na habitação, clarificando as diferentes ideias e princípios do conceito. Sistematizam-se os benefícios da inclusão de flexibilidade na arquitetura, bem como a sua utilidade para a casa e para os modos de habitar da sociedade. Identificam-se estratégias e operadores, aliados a casos de estudo, que transmitam a aplicação deste conceito, permitindo o desenvolvimento de soluções tipológicas no projeto a desenvolver.

Na fase final do trabalho, apresenta-se uma proposta concreta baseada nas temáticas anteriormente abordadas. São definidas estratégias de intervenção que serviram como base para uma proposta de regeneração urbana para Marvila. A partir desta, é efetuada uma proposta, numa escala mais aproximada, de um conjunto de edifícios com capacidade de acolher e combinar diversos usos, tendo especial enfoque a habitação flexível, através da agregação dos modelos tipológicos apresentados no capítulo anterior.

2 O CONTEXTO

2.1 O Lugar - Marvila

“Eis uma faixa oriental desta risonha e sempre imprevista urbe, linha beira-mar, situada, desde o tempo velho, fora dos muros da própria cerca (...) A póvoa urbana por aqui tardou. Fez-se entre quintas e rincões onde, primeiro, foram nobres e os frades a edificar, e logo o povo maneirinho, à sombra de uns e de outros.”²

Tendo como propósito, para este projeto a regeneração urbana que envolve uma parte da zona ribeirinha oriental de Lisboa, a antiga zona industrial de Marvila/Poço do Bispo torna-se prioritário, numa primeira etapa do processo, a análise e a compreensão das características próprias do lugar com o objetivo de as potencializar. Desta forma, existem determinadas particularidades que se tornam evidentes no local de intervenção: a presença marcante do rio Tejo a este, a vizinhança a edifícios de carácter industrial desativados como o complexo Abel Pereira da Fonseca, a proximidade a estruturas e nós viários de grande escala, e a desarticulação em relação à restante cidade.

No que concerne a esta zona oriental da cidade, as suas valências e ocupação são descritas por Norberto de Araújo de uma forma sintética e magistral. Recorrendo à ligação evidente desde a zona de Xabregas até Braço de Prata consegue-se denotar uma área de diferentes ocupações desde vestígios pré-históricos até às presenças humanas mais próximas da sociedade atual. Entre estas fases destaca-se o período a partir do século XVII até à atualidade, em que se registaram as mudanças de maior relevância neste local.

Maioritariamente ocupado pela aristocracia e por ordens religiosas, desde o século XVII/XVIII, este vasto território teve a sua génese enquanto área rural periférica ao centro urbano da cidade. Parcelado em quintas e outras propriedades, o solo fértil banhado pelo rio Tejo serviu inicialmente para fins agrícolas. Com o terramoto de 1755, as quintas existentes até então são abandonadas e surgem as primeiras fábricas junto ao rio, construções às quais se associam a criação da

² ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa: Vega, 1993, p. 7

linha férrea em 1856 e o início da construção do Porto de Lisboa, infraestruturas que condicionaram bastante o crescimento e desenvolvimento da cidade, desde o Terreiro do Paço até Braço de Prata.

O final do século XIX viria a fixar, na referida zona, diversas estruturas industriais que vislumbraram nesta localização diversas vantagens na proximidade ao rio e ao centro metropolitano. Não será ao acaso que a toponímia das ruas esteja ainda ligada a essas atividades. Deste período de industrialização são os principais exemplos a Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata de 1908 e a 1917, que demonstram o ecletismo no campo da arquitetura industrial deste período, sendo respetivamente patentes nos edifícios valores da arquitetura da Arte Nova e de arquitetura oitocentistas. Simultaneamente ao surgimento destas infra estruturas, deu-se a construção de habitação de baixa densidade, maioritariamente associada ao alojamento dos trabalhadores da indústria e respetivas famílias, atribuindo um estatuto de zona urbana a este território. Esta mudança revela-se na fisionomia bairrista e fabril de Marvila que se define através da Rua do Açúcar como fronteira entre a perspetiva residencial e a perspetiva industrial. Esta caracterização prevaleceu durante o século XX acabando por se acentuar com o primeiro Plano Diretor Municipal, nos anos 40 que definia a zona nascente de Marvila como uma zona industrial e a zona poente como zona residencial. Aliado a este plano nasce nos anos 60 o PUC (Plano de Urbanização de Chelas) e, mais tarde, a construção de bairros sociais (1976), sob pretexto de urbanizar a zona residencial de uma forma controlada mas, continuando a acentuar a fronteira referida anteriormente. Todas estas iniciativas reformulam uma área ainda um pouco ruralizada de quintas e hortas (Quinta dos Ourives, Quinta da Rosa, Quinta das Amendoeiras) que abasteciam os mercados de Lisboa e diversas indústrias junto ao rio, principalmente de produção vinícola.

Figura 1: Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, Rua do Amorim, 1910



Figura 2: Interior da Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata, 1947



Contudo, a expansão da área metropolitana de Lisboa tem avançado sem interferir na área marginal de Marvila. A partir da década de 80 do século XX, as condições económicas e valorização do solo levaram (e ainda levam), muitas indústrias a abandonar este território, deixando para trás diversas estruturas que permanecem, na sua grande maioria, sem função até aos dias de hoje. Esta condição de zona de edifícios devolutos intensificou-se com o encerramento dos armazéns Abel Pereira da Fonseca, em 1993, que sendo a maior empresa distribuidora do sul do país, teve um grande impacto em todo o comércio e indústrias locais, bem como na população. Esta condição ainda persiste atualmente, apesar de já ter havido várias intervenções no sentido da sua requalificação e unificação desta área à restante cidade, como a readaptação da Fábrica de Munições de Braço de Prata num espaço cultural, que alberga uma livraria, espaço de exposições e programas que variam entre concertos, *workshops* diversos e cinema, e alguns planos de

objetivos para a área como o Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha que engloba os planos estratégicos para a zona do Poço do Bispo/Beato e Braço de Prata/Matinha³. Estes últimos configuram propostas de projeto que irão desenvolver alguns pontos já referenciados pela Câmara Municipal de Lisboa, e que pretendem melhorar a zona mais próxima ao rio. É perceptível nas propostas uma zona de densa edificação nos atuais terrenos confinantes à Fábrica Militar do Braço de Prata mas na proposta apresentada pretende-se que a construção seja de uma densidade menor, possibilitando assim um maior espaço público para fins de lazer da população da zona e periferia. Outra proposta que surge agregada a estes planos é o projeto “Jardins do Braço de Prata”, da autoria do arquiteto italiano Renzo Piano (2001)⁴, com um carácter maioritariamente habitacional, mas destinado a estratos socioeconómicos mais elevados. Todos estes planos, apesar de identificarem os principais problemas e conterem propostas para a solução dos mesmos, permanecem com aplicação parcial ou inexistente, até aos dias de hoje.

Apesar disso, mais recentemente, vários desses espaços devolutos têm sido alvo de ações de nova ocupação e reabilitação por parte de diversas entidades, numa tentativa de inverter o ciclo de abandono e decadência em que a zona se encontra. Espaços como os antigos armazéns da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, ganharam novos usos (restauração, galerias de arte, ginásios, espaços de *cowork*, entre outros), que agregados ao existente projeto da Fábrica de Braço de Prata propõe um novo rumo para esta localização.



Figura 3 Lisbon WorkHub – Espaço de *cowork* que funciona no antigo edifício da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca

³ ver: ANEXOS – Planta de Implantação do Plano de Estratégico da zona Poço do Bispo/Beato e da zona Braço de Prata/Matinha.

⁴ ver: ANEXOS - Planta de Loteamento do Projeto “Jardins Braço de Prata”.



Figura 4 e 5 Fábrica do Braço de Prata – Espaço cultural (interior e exterior)



Figura 6: Vertigo Climbing – Espaço de escalada. Um dos exemplos de novos usos que se estabeleceram nos antigos armazéns industriais de Marvila

Quanto ao tema das acessibilidades, e apesar de se encontrar perfeitamente servida (a estação de comboios de Braço de Prata, e outros transportes públicos), esta área foi entretanto vítima de uma otimização ao nível funcional, como observamos pela construção da Avenida Infante D. Henrique e respetiva Praça 25 de Abril (uma brusca separação da área por sectores Norte e Sul) ou pelo surgimento da Linha do Norte (que enclausura metade da antiga Rua

de Marvila entre a sua bifurcação e afunila a Rua do Vale Formoso de Baixo).

No que toca aos usuários desta zona, através dos censos demográficos de 2011, reconhecemos uma população residente bastante envelhecida. Os dados estatísticos referentes à população da freguesia de Marvila indicam que a faixa etária com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos é de 18,7%, e a faixa etária compreendida entre os vinte e cinco e os sessenta e quatro anos corresponde a 55,8% da população residente. Quanto às faixas etárias mais jovens, os valores são mais baixos, dos quinze aos vinte e quatro anos é 11,6%, e, na população com idade igual ou inferior a catorze, a percentagem equivale aos restantes 13,8%.

Relativamente à população residente na cidade de Lisboa, a percentagem aumenta comparativamente à faixa etária com idade mais elevada, de 18,7% para 23,9% e decresce na faixa etária seguinte (25-64 anos) de 55,8% para 53,4%. Naturalmente, em relação aos outros dois grupos etários a percentagem diminui de 11,6% para 9,7% e de 13,8% para 12,8%. Apesar disso, as percentagens relativas a Marvila são semelhantes ao restante território nacional, como é possível verificar no gráfico apresentado. (Figura 7)

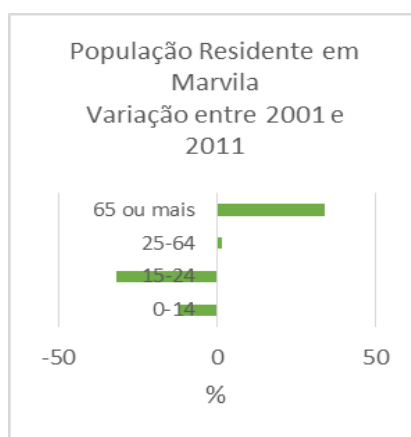
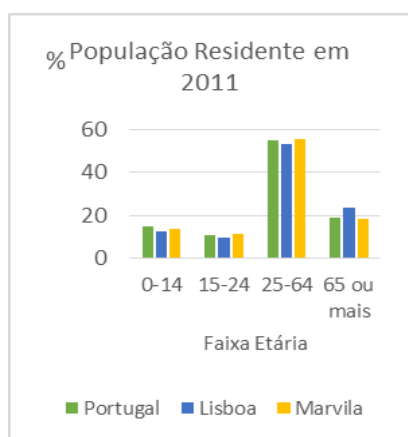


Figura 7 (esquerda): Comparação da população residente em Marvila com a população residente em Lisboa e em Portugal em 2011 segundo quatro grupos etários

Figura 8 (direita): Variação da população residente em Marvila entre 2001 e 2011 segundo quatro grupos etários.

No entanto, comparando estes valores referentes a Marvila com os dados homólogos dos censos demográficos de 2001, torna-se perceptível que existe uma tendência para o crescimento da população na faixa etária com idade, igual ou superior, a sessenta e cinco anos, registando um aumento de 34,1%. Quanto às faixas etárias mais

jovens o movimento é inverso, registando uma diminuição de 31,7% (15-24 anos) e de 12,1% (0-14 anos), como é possível verificar no gráfico apresentado. (Figura 8)

Deste modo, é possível concluir que na atualidade Marvila é uma zona da cidade cuja estrutura urbana se encontra fragmentada, resultado dos vários ciclos de industrialização, com uma morfologia onde predominam estruturas industriais e armazéns em grande parte desativados que tiravam proveito da proximidade a grandes vias de comunicação (Doca do Poço do Bispo e linha férrea). A existência de densos aglomerados habitacionais, cuja população residente é na sua maioria envelhecida, conjugado com o surgimento de novas atividades/usos que parecem demonstrar sinais de alguma transformação, parecem confinados a uma estrutura urbana em descontinuidade. Emerge assim uma nova oportunidade de atrair uma população mais jovem, com diferentes estruturas familiares de modo a dinamizar a zona em questão.

Neste contexto, não é difícil encontrar sinais de precariedade na área. Esta traduz-se na qualidade das construções – regra geral, muito antiga e sem renovações que pudessem ter garantido a sua manutenção – mas também na qualidade da vida dos cidadãos.

2.2 A Área de Intervenção

A área de intervenção escolhida resulta de um estudo realizado em contexto de turma, em que foi promovida a análise do território compreendido entre a linha de caminho-de-ferro e o rio Tejo (Oeste-Este) e entre o Beato e o Parque das Nações (Sul-Norte).

Para uma análise mais detalhada e posteriormente para o desenvolvimento do Projeto, a área escolhida foi a zona da Rua Cintura do Porto, compreendida entre o rio Tejo, a Rua do Açúcar e a Rua Fernando Palha, o Palácio da Mitra e a Fábrica do Braço de Prata. A análise prendeu-se em volta da Rua Cintura do Porto, que surge da Avenida Infante D. Henrique e termina em direção ao Parque das Nações, paralela ao rio.

A escolha da área deveu-se maioritariamente à grande riqueza desta parcela de território que, em contacto com o rio, torna-se no

espelho da complexidade de Marvila que conduz a intervenções de diferentes naturezas.

A partir da análise de diversas plantas históricas torna-se evidente a intenção de crescimento em direção ao rio a partir do início do século XX. Observa-se que em 1950 o aterro já se encontrava construído e, em 1970, surge a frente ribeirinha equipada com edificado destinado a atividades industriais, paisagem que se mantém até aos dias de hoje como já foi referido anteriormente. A construção deste local caracteriza-se por ausência de uma organização geral, dispersa, pouco coesa e atualmente em baixo grau de conservação, evidenciando ainda mais os logradouros de grande dimensão ao esquecimento, provocando desequilíbrio de aproveitamento de áreas livres.

A arquitetura desta zona caracteriza-se pela utilização de materiais como o vidro em fachadas, o metal nas caixilharias e nas chapas de portões ou partes de fachadas, o tijolo burro à vista e a pedra em cunhais, revestimento de pilares ou embasamento dos edifícios. Ao longo deste percurso surgem pontualmente edifícios comerciais e de serviços, institucionais ou culturais, mas desta maioritária arquitetura ribeirinha industrial destacam-se edifícios como a Tabaqueira, a Fábrica do Braço de Prata e a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca.



Figura 9 (esquerda): Identificação da área de análise proposta em contexto de turma.



Figura 10 (direita): Identificação da área de análise do projeto e área de intervenção.

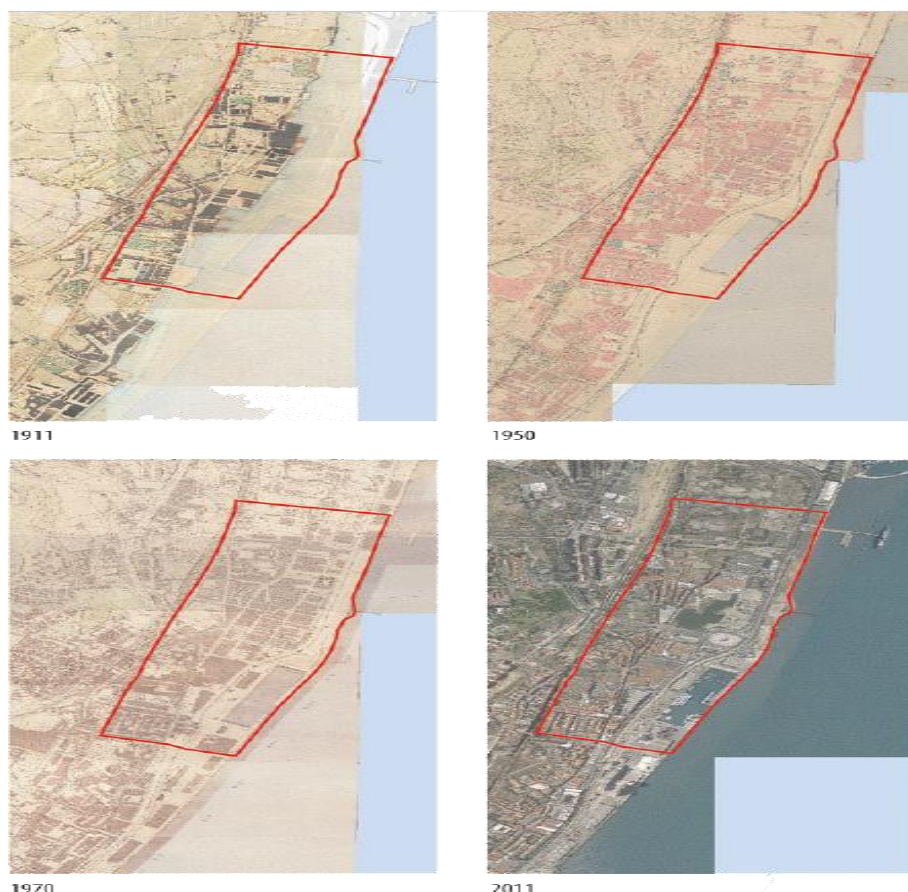


Figura 11: Evolução Histórica da área de análise (1911-2011)

Numa área fortemente marcada por obstáculos, grandes nós e eixos viários, destaca-se a ciclovia como o único percurso de continuação da frente de água na cidade, acompanhando a via rodoviária. A Praça 25 de Abril é o grande nó viário da referida zona que, pelas vias de alta velocidade que a rodeiam, se transformou numa rotunda sem interesse como espaço público de qualidade. A Avenida Infante D. Henrique é o grande obstáculo da área: sendo uma avenida rodoviária com ligação entre importantes pontos na cidade, é uma via de passagem rápida que, com 6 vias de circulação e raros pontos de atravessamento para peões, cria um constrangimento na ligação da zona com o rio.

Outro problema identificado na análise efetuada foi a ausência/escassez de espaço público qualificado. Como já foi referido, a Praça 25 de Abril tem um papel de nó viário. O logradouro associado à atual Fábrica do Braço de Prata não é qualificado e é delimitado por um muro que forma mais uma das inúmeras barreiras deste local e a zona da doca está exclusivamente dedicada para atividades industriais, quase inacessível e não é qualificada para

usufruto da comunidade. O único espaço público na área que promove encontros e vivências é a Praça David Leandro da Silva, um pequeno largo, rodeado por vias de tráfego secundário (na intersecção das ruas do Açúcar, Fernando Palha, Amorim e Zófimo Pedroso), um dos escassos testemunhos da vida quotidiana do bairro.

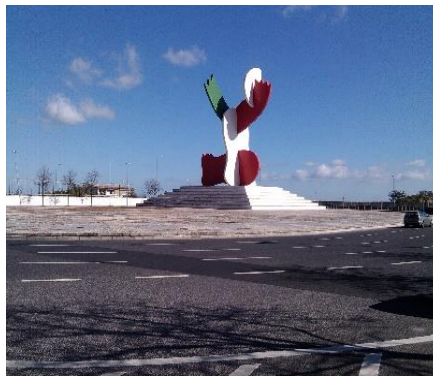
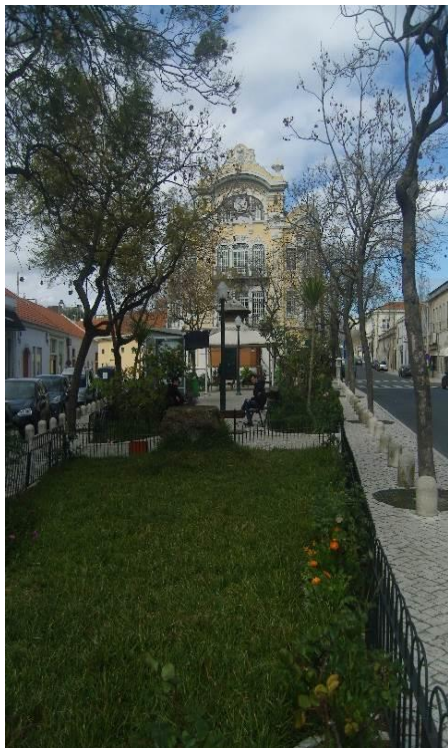


Figura 12: Praça 25 de Abril

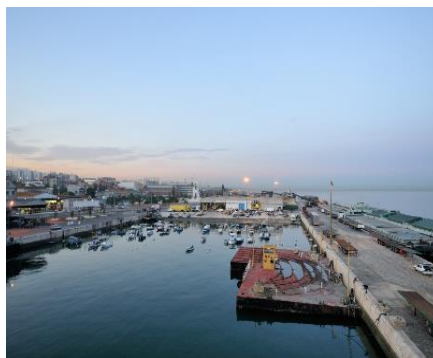


Figura 13 (esquerda): Praça David Leandro da Silva

Figura 14: Doca do Poço do Bispo

Ao longo do processo de análise concluiu-se que será necessária uma reflexão sobre a ação que deve ocorrer neste local, o que deve ser mantido, reabilitado ou demolido, para assim alcançar uma proposta coesa, que ofereça melhores condições, dotada de espaços públicos e verdes qualificados e em relação com o rio. Os edifícios em mau estado de conservação e, que de algum modo, não se inserem numa organização, poderão ser propostos a demolição, como forma de defesa do mote da criação de uma malha coesa e contínua.

A introdução de novos programas é necessária para a criação de uma nova centralidade com mais diversidade, e não apenas a hegemonia de usos de carácter industrial, sem perder a referência à memória do local.

Numa zona onde a população é maioritariamente idosa, são necessários programas de várias naturezas, para todas as faixas etárias mas essencialmente com o propósito de habitação que permita atrair jovens, de forma a inverter o paradigma envelhecido vivido na freguesia. A partir desta análise, entende-se que a referida zona é uma das áreas-chave para a aplicação dos objetivos do novo Plano Diretor Municipal (2012), do Programa LX-Europa 2020 e da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024 para a cidade: atrair mais habitantes, captar mais empresas e empregos, impulsionar a reabilitação urbana, qualificar espaço público, devolver a frente ribeirinha às pessoas, promover a mobilidade sustentável e incentivar a eficiência ambiental.

Marvila aparenta apresentar pela sua localização inúmeras oportunidades de regeneração, que através de uma proposta baseada em todos estes elementos se poderá tornar num novo marco da cidade.

Após esta contextualização histórica, social e cultural rumo-se à problemática conceptual da intervenção proposta. O próximo capítulo levar-nos-á à perceção da evolução dos conceitos relacionados com a temática da regeneração urbana e diversidade na cidade, e segundo, pela compreensão do espaço de habitar, flexível, enquanto mote dinamizador da sociedade e por conseguinte da cidade.

3 A REGENERAÇÃO

3.1 Nota Introdutória

Atualmente assiste-se a uma crescente preocupação por determinados espaços degradados e abandonados, dentro de diversos meios urbanos. Alguns destes até em áreas bastante relevantes, como a da localização da proposta elaborada no âmbito do presente trabalho, próximo do rio, e de duas zonas centrais da cidade de Lisboa, outros na proximidade de importantes vias de comunicação e/ou ainda contemplados por vastas redes de transporte público.

A problemática associada a estes espaços surge através da falta de planeamento do crescimento das cidades que ocorreu de forma desordenada e setORIZADA em direção a espaços adjacentes e periféricos, sem qualquer género de referência contextual ou histórica com as suas proximidades. Estas transformações ocorreram a partir da segunda metade do século XX, com base nas mudanças sociais e económicas que provocaram o declínio dos centros históricos.

Este crescimento não é sustentável tendo em conta a disponibilidade de vazios dentro do próprio núcleo citadino, áreas de grande importância a requalificar, capazes de regenerar e unificar a cidade consolidada, permitindo que esta seja lida como um todo, que cresce e se desenvolve de forma sustentável. Esta questão tornou-se mais relevante depois de se assistir a uma falência das referidas zonas periféricas, ao constatar-se que cidade setorial promovida no passado apresentava ser pouco funcional, aumentando novamente o interesse pelo núcleo urbano. Para além disso, a mudança do paradigma económico e tecnológico levaram à reorganização e deslocalização dos portos e do setor industrial, promovendo o abandono dos centros urbanos por parte destas atividades. Assim, começaram a surgir dentro da cidade diversos espaços de carácter industrial, desativados e abandonados que, com o passar do tempo, ficaram fragmentados da cidade. Desta forma, muitas vezes encontramos no interior do tecido urbano diversas áreas de elevado

valor a nível de localização, como frentes ribeirinhas ou locais abandonados pela população, como é o caso do local em estudo.

É neste contexto tão característico dos ciclos citadinos e do desenvolvimento da sociedade que os conceitos de renovação urbana, reabilitação urbana e regeneração urbana tornam-se importantes pois, de alguma maneira, são uma forma de intervir na cidade, recuperando o que já se perdeu. Ainda que esta seja uma ação presente, implica sempre um passado e uma perspetiva de futuro. Estas ações podem dar-se através da edificação, ou até mesmo da criação de simples espaços de encontro e união entre diversas zonas, carentes de infraestruturas e espaços públicos. São necessários planos de carácter mutável, capazes de devolver a cidade ao rio ou criar um contínuo na sua estrutura e oferecer uma função lúdica, laboral e habitacional, para que estas intervenções sejam vistas como um todo a nível de continuidade urbana e capazes de provocar uma forte mudança no carácter da cidade, a reinvenção e revitalização de uma nova urbanidade.

“Intervir equivale a atuar conscientemente no processo dinâmico de cidade; tendo em conta que, em todo o caso deverá garantir-se a mínima estabilidade necessária para que a forma urbana, na sua parte e no seu todo, prolongue uma identidade que é conseguida lenta e trabalhosamente (...). A cidade é uma herança do passado a transferir para o futuro e, se possível, melhorada pelo presente.”⁵

3.2 Decadência dos Centros e Margens Urbanas

A Europa tornou-se num centro de debate e experimentação em torno da renovação social e urbana das cidades, tendo como fundo as crises legadas pela desagregação do movimento avassalador da indústria e o desenvolvimento da sociedade que marcou a primeira metade do século XX.

⁵ GRACIA, Francisco de. *Construir en lo construído: la arquitectura como modificació*, Madrid: Nerea, 2000, p.179 (tradução livre da autora)

A partir da década de 50 do século XX, as cidades deparam-se com um fenómeno de progressiva desertificação dos núcleos históricos devido à rápida suburbanização, associada ao êxodo rural. “Os cidadãos desinteressados da residência nas áreas antigas e desejosos de possuir uma casa moderna nas novas urbanizações”⁶ provocam um crescimento das áreas rurais/periféricas, e em contrapartida, os centros históricos, que antes eram concentrações de população, perdem o interesse por parte da população tanto a nível residencial como a nível de investimentos, provocando uma degradação notória da imagem da cidade histórica.



Figura 15: Edifícios abandonados do centro de St. Louis, Missouri, U.S.A.

A estes centros históricos, “habitados por população envelhecida e de fracos recursos, de quem não se pode esperar também ação muito vigorosa”, “a grande densidade habitacional aí existente e o natural desejo das famílias disporem de casas maiores ou de moradias independentes com jardim”⁷ tornam as zonas da periferia mais apetecíveis para a população, dedicando-se então a novas formas de lazer e consumo. A cidade periférica parecia proporcionar mais condições, formava-se um novo padrão de sociedade.

Este fator sente-se com mais intensidade a partir dos anos 70, quando a evolução da indústria dos transportes e comunicações acabam por fomentar a separação entre o local de trabalho e o da residência, provocando importantes alterações na organização

⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p.385

⁷ *Ibidem*, p.386-387

económica e social na estrutura da cidade. Desta forma a composição das áreas mais antigas ficaram profundamente alteradas, provocando uma emergente preocupação com o seu futuro desenvolvimento.

Quanto ao processo de industrialização, este contribuiu também para este processo de expansão da periferia mas, num período bastante anterior. Surgiram os aterros nos rios e cidades portuárias de forma a facilitar o escoamento dos seus produtos.

Posteriormente, nos anos 70, e na sequência de uma grande crise, o setor industrial é obrigado a uma nova reorganização das suas valências e localização, fazendo com que estas abandonem as margens do centro das cidades e se localizem em zonas ainda mais periféricas e próximas de nós viários por forma a crescerem ou minimizar despesas.



Figura 16: Fotografia aérea da zona industrial de Poço do Bispo/Braço de Prata em 1947.



Figura 17: Fotografia aérea da zona industrial de Poço do Bispo/Braço de Prata atualmente.

Neste contexto, surgem diversas problemáticas. Por um lado, as metrópoles alongaram-se, o eventual crescimento das centralidades periféricas tornou-se iminente, com “padrões de urbanização muito complexos, geograficamente extensos e quase sempre tidos como caóticos e sem qualidade, e completamente estranhos à forma e à escala das cidades canónicas”⁸. Contudo os limites das cidades são cada vez mais indefinidos, invisíveis e descontrolados. Estes novos territórios mais periféricos das cidades históricas originais vieram acentuar as desigualdades sociais e a própria fragmentação territorial desses novos espaços. Aliado a estes fatores surgem no interior do tecido urbano espaços marginalizados que constituem, maioritariamente, e de uma forma paradoxal, os importantes centros da cidade, da sua memória coletiva. Torna-se perceptível a importância destes espaços obsoletos na dinâmica da cidade bem como o interesse na integração da população residente das áreas mais periféricas das cidades aos seus centros. Assim sendo, é urgente um processo intervenção que passe pela renovação destas zonas. É imprescindível um processo de regeneração preservando os traços arquitetónicos dominantes, de forma a promover a captação de novos residentes e a valorizar o património cultural e histórico da cidade, tentando conter a fuga de população existente, diversificando a base económica e desenvolvendo novas atividades, valorizando e qualificando os espaços, tanto públicos como privados, tornando-os mais atrativos.

3.3 Da Renovação à Regeneração Urbana

“A memória das cidades não é nunca abstrata, nem generalizável, resultando, antes, de um processo de construção e de reconstrução histórica, urbana e simbólica, a partir de uma identificação patrimonial.”⁹

Como foi referido anteriormente, as últimas décadas do século XX representaram um período complexo no que diz respeito à organização das cidades e que, consequentemente representaram

⁸ DOMINGUES, Álvaro. “Património Industrial e Requalificação Urbana” in *Atas do Colóquio de Museologia Industrial*, 17 e 18 de outubro de 2002, Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria, p.125

⁹ FERREIRA, Vítor Matias. “Centralidade e fragmentação” in *XXI – Isto é cidade*, Nº 4, Junho 2015, p.91

também um período de revalorização da cidade histórica. A explosão demográfica, a evolução dos transportes e infraestruturas e o consequente crescimento urbano não controlado tiveram como consequência diversas ações que originaram periferias bastante fragmentadas e densificadas e zonas antigas estagnadas e degradadas, repletas de grandes vazios e espaços sem função. Como resposta, surgiu então o interesse na qualificação dos centros urbanos, que deixava, no entanto, de lado grande parte do território urbano das cidades. Neste processo de promoção e revitalização dos tecidos urbanos centrais que se encontravam ao abandono ou marginalizados, ganharam protagonismo, sobretudo as zonas ribeirinhas e os espaços que sofreram processos de desindustrialização e que, por isso, se encontravam vazios e obsoletos. “As primeiras porque estavam vetadas a um uso portuário relacionado com indústrias e muito depende do transporte marítimo e fluvial e agora são submetidas a uma pressão social no sentido de se tornarem permeáveis a um uso público e qualificado. Os segundos, por motivos muito diversos (dificuldades morfológicas, de acessibilidades, entre outros) foram "esquecidos" para agora serem recuperados e integrados na vertigem urbanística”¹⁰.



Figura 18: Plano Voisin, Paris, Le Corbusier – maquete do conjunto, 1925.

¹⁰ GONÇALVES, Jorge. *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2006, p.79

Assim sendo, a reativação destes espaços obsoletos e a sua posterior inserção na malha urbana, tem como intuito principal dinamizar e diversificar a cidade. A revitalização destas áreas pode tanto remediar uma série de carências urbanas, como a falta de equipamentos públicos e habitações, a ausência de vida económica local e áreas de lazer, contribuir também para a preservação das identidades locais, ao mesmo tempo que se modifica o tecido urbano.

Mais do que demolir bairros inteiros em nome de uma ideia de “progresso” vigente no modernismo e que, apenas serviu como pretexto para arrasar com largas zonas da cidade, até então consideradas insalubres e desta forma excluir e mover classes sociais de baixos rendimentos, de que é exemplo o plano *Voisin* de Le Corbusier (1925), que propunha a construção de arranha-céus através da eliminação total do tecido existente numa área histórica de Paris e onde seriam apenas poupados alguns dos monumentos mais significativos, é necessário compreender o significado da nova postura de reabilitação e regeneração urbana sem que implique a expulsão dos habitantes das zonas alvo destas intervenções (gentrificação¹¹). Desta forma torna-se possível a revalorização da cidade e a consciencialização do seu significado social, económico e cultural, processo que vem ganhando forma desde a década de oitenta do século XX, paralelamente à expansão do conceito de património, pois “O próprio quadro legislativo internacional sobre a área patrimonial ampliou-se, realçando a importância dos vestígios de épocas mais recentes. (...) Desde então, começou a dar-se primazia ao que era para a altura (década de 80) uma inovação sem precedentes na história urbana das cidades – definições e limites de centros históricos.”¹²

Desta forma, começaram-se a desenvolver políticas de recuperação das áreas urbanas degradadas, desenvolvendo-se então a partir daí vários conceitos sobre os diferentes tipos de intervenção. Usualmente ouve-se falar de conceitos como:

¹¹ Gentrificação – Processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada de deslocação dos residentes com menos poder económico para outro local e da entrada de residentes com maior poder económico. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)

¹² FOLGADO, Deolinda. “Paisagem Industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?” In *Margens e Confluências*, nº3, Guimarães: Escola Superior Artística do Porto, Dezembro 2001, p.67

renovação urbana, reabilitação urbana e requalificação/ regeneração urbana. Ora, à primeira vista, todos parecem estar interligados, na medida em que visam intervir na estrutura urbana de maneira a modernizá-la e adaptá-la às novas necessidades nos centros urbanos, urbanos, mas apresentam diferenças no tipo de intervenção, isto porque uns intervêm mais a nível físico (edifícios, gestão do espaço urbano e serviços públicos) e outros a nível funcional (revitalização de atividades e serviços), outros conceitos visam ainda uma alteração radical de áreas urbanas como é o caso da requalificação urbana.¹³

A renovação urbana define-se como “a ação mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes; envolve portanto a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis”¹⁴, ou seja, as operações de “reconstrução de áreas urbanas subocupadas ou degradadas, às quais não se reconhece valor como património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar”¹⁵. Este objetivo prendia-se com a ideia de dotar a cidade de infraestruturas que respondam às necessidades da vida moderna.

Paralelamente a este conceito surge outro, o de reabilitação urbana, que segundo Graça Moreira pode definir-se como “um processo de transformação urbana que respeita a imagem global das áreas alterando as condições de uso e habitabilidade, de forma a atualizá-las”.¹⁶ Consiste na modernização, reconstrução, ampliação, alteração, beneficiação e conservação de edifícios.

“ (...) A ‘requalificação urbana’ serve hoje para denominar, sobretudo, políticas de intervenção na cidade (mais ou menos) histórica, onde se têm verificado processos de obsolescência funcional, degradação de edifícios, conjuntos edificados e espaços públicos, originando, frequentemente, o abandono ou ocorrência de usos desqualificantes.”¹⁷ Este conceito surge muitas vezes com a denominação de regeneração urbana que passa por uma *visão e ação*

¹³ VÁSQUEZ, Isabel Breda. “A reabilitação do património edificado no contexto da regeneração urbana” in *2.º Seminário A intervenção no património práticas de conservação e reabilitação*, 12 a 14 de Outubro de 2005, Porto: FEUP, 2006, pp.3-14

¹⁴ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: Uma geografia urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p.390

¹⁵ MOREIRA, Graça. “Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos” in *Artítextos*, nº5, Dezembro 2007, Lisboa: FAUTL, p.120

¹⁶ *Ibidem*, p.118

¹⁷ DOMINGUES, Álvaro. “Património Industrial e Requalificação Urbana” in *Atas do Colóquio de Museologia Industrial*, 17 e 18 de outubro de 2002, Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria, p.124

*global que levam à resolução dos problemas urbanos e que procura trazer uma melhoria duradoura das condições económicas, físicas, sociais e ambientais de uma área que tem sido sujeita a alterações.*¹⁸

De acordo com Tim Hall¹⁹, apesar de poderem ser seguidas abordagens nas iniciativas de regeneração, no geral estas tentam atingir um ou mais de quatro objetivos considerados fundamentais este tipo de intervenção: (1) Melhoria do ambiente físico (onde se incluir a promoção da sustentabilidade ambiental); (2) Melhoria da qualidade de vida da população (desenvolvimento de espaços e atividades culturais); (3) Melhoria do apoio social à população (disponibilização de espaços e serviços de apoio social); (4) Melhoria da capacidade económica da população (criação de emprego através da educação e formação profissional).

Ao analisar os três conceitos é possível entender a consolidação destes processos ao longo do tempo. Se antes apenas se ligavam à recuperação do património arquitetónico monumental, hoje começam a ser dirigida às zonas comuns da cidade, que pode passar pela requalificação de bairros sociais, integração de frentes fluviais na vida pública das cidades ou pela reestruturação de zonas industriais desativadas. Desta forma, este tipo de operações estratégicas já não se limitam apenas a áreas críticas centrais da cidade. São operações que fomentam novas formas de turismo cultural e reinserção de uma nova população mais jovem que pretende residir no centro da cidade.

Estes processos colocam-se assim como um meio de solucionar alguns dos problemas de áreas críticas. Trata-se não só da valorização física e ambiental destas áreas mas, sobretudo, de apoio e valorização económica e social das suas populações. Neste contexto surgem diversas questões: será suficiente a reabilitação de edifícios e espaços físicos ou a criação de imagens símbolos que tem um papel a desempenhar? Como inverter o estigma social que afeta as áreas urbanas degradadas dando relevo às oportunidades mobilizadoras da ação?

¹⁸ ROBERTS, Peter e SKYES, Hugh. *Urban Regeneration A Handbook*, Londres: Sage Publications, p.17 (tradução livre da autora)

¹⁹ HALL, Tim. *Routledge contemporary human geography series: Urban Geography*. 3ª Edição. Nova Iorque: Taylor and Francis. 2006

Entre os três conceitos apresentados, a regeneração urbana é o conceito mais abrangente e que tenta responder com maior eficácia a estas questões, pois tenta integrar e implementar um conjunto de políticas de recuperação económica e social, contando com todos os atores envolvidos no processo, arquitetos e urbanistas, políticos, sociólogos, economistas, artistas e a própria população da zona de intervenção. Em suma, cria a articulação entre as “escalas global e local, considerando as especificidades locais no processo de redensolvimento urbano, social e económico, e assegurando uma heterogeneidade permanente de usos, contrariando a monofuncionalidade.”²⁰

Atualmente, a regeneração urbana coloca-se como uma das grandes máximas das políticas urbanas das principais cidades europeias, com especial enfoque nos seus núcleos históricos e degradados, tentando de alguma forma compensar a perda de competitividade económica destes meios urbanos, em relação aos fenómenos de desindustrialização e globalização.

Neste contexto, existem diversos exemplos deste tipo de ações, que também muitas vezes surgem associados a grandes eventos, que à partida se mostram como grandes oportunidades para este tipo de operações em grande escala, como *Poblenou*, em Barcelona, que era uma zona industrial obsoleta e que não permitia a expansão do centro da cidade, que através da sua transformação em Vila Olímpica nos Jogos Olímpicos de 1992 deu início a um processo de consolidação e reorganização, conseguindo reintegrar esta área morta dentro da cidade, ou, já em contexto nacional, programas como o URBAN²¹ ou o POLIS²² que servem a necessidade de revitalizar áreas limítrofes de algumas cidades, promovendo uma reabilitação urbana integrada. Ainda em Portugal, eventos como a Expo 1998 ou o Porto 2001, Capital Europeia da Cultura, criaram diversas oportunidades “estendendo a

²⁰ NEVADO, Ana. “Do Global ao local – Breve reflexão sobre a regeneração urbana” in *Arquitetura e Arte*, Nº 119, Julho/Agosto 2015, p.97.

²¹ URBAN – Programa de iniciativa comunitária para a revitalização económica e social das cidades e dos subúrbios em crise, a fim de promover um desenvolvimento urbano sustentável.

²² POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades.

noção de cultura urbana ao processo de requalificação dos espaços públicos e equipamentos culturais”.²³

Figura 19: Zona de intervenção da Expo 98 e posterior Parque das Nações, antes do processo de intervenção.



Figura 20: Zona de intervenção da Expo 98 e posterior Parque das Nações, depois do processo de intervenção.



Figura 21: Intervenção em Poblenou, Barcelona



²³ GRANDE, Nuno. *Arquitectura & Não*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p.23



Figura 22: Intervenção do Porto 2001 no espaço público da Cordoaria.

Processos como a regeneração urbana são importantes pois, mais do que planear a cidade contemporânea, urge geri-la, redirecionando olhares e atuações para áreas urbanas críticas. Ao partir das pré-existências locais, pretende-se intervir de forma a conservar valores simbólicos da cidade histórica, prevendo a inclusão de novas atividades e populações que entendem a importância de voltar a viver num centro culturalmente revivificado, e minimizando possíveis fenómenos de gentrificação, privilegiando assim a coesão social em simbiose com a diversidade, que “é natural às grandes cidades”²⁴. Desta forma, promove-se assim uma maior qualidade urbana característica do novo urbanismo, criando “ambientes diversificados, mais confortáveis, mais atrativos e mais cómodos”.²⁵

3.4 Reconversão de Antigas Zonas Industriais

Como já foi referido anteriormente, os principais problemas das cidades passam por alterações de nível económico e social, que se refletiram no declínio de diversas áreas industriais urbanas.

A reestruturação das atividades e da sociedade atinge, hoje em dia, grandes proporções devido, por um lado, à profundidade e celeridade das adaptações exigidas pelas mudanças tecnológicas e, por outro, por um modelo económico centrado na abertura de fronteiras e na globalização da economia, implicando mudanças de organização, de dimensão e mesmo o encerramento de muitas unidades produtivas.

²⁴ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes, (1ª edição em inglês – 1961), 2000, p.157

²⁵ ASCHER, François. *Os Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p.93

Neste contexto, as zonas outrora de grande desenvolvimento transformam-se em zonas críticas da cidade. As referidas zonas deparam-se assim com diversos problemas como o abandono de edifícios industriais, que em geral, ocupam áreas consideráveis e em mau estado de conservação, permanência de habitação em zona envolvente desvalorizada e com população envelhecida (bairros/vilas operárias), tendência para a desqualificação ambiental dos espaços não construídos e da zona urbana envolvente e degradação de infraestruturas urbanas. Estes últimos reforçam a tendência para o surgimento de fenómenos de especulação imobiliária e pressão para transformar em uso exclusivo de habitação, com altas densidades de ocupação destinada essencialmente aos estratos mais elevados da sociedade, derivado da centralidade que estas áreas adquiriram com o processo de crescimento urbano.

Desta forma, torna-se necessário reestruturar a urbanidade destes locais e das instalações presentes nos mesmos, maioritariamente de carácter industrial, permitindo assim a valorização da posição na malha urbana dos antigos terrenos industriais, através da transformação do seu uso.

Assim sendo, numa zona industrial desativada podemos identificar, na generalidade, um conjunto de oportunidades: (1) Existência de áreas e edifícios de dimensão considerável que podem permitir uma intervenção muito variada e em larga escala; (2) Proximidade de grandes eixos de transporte; (3) Passagem de uma posição periférica a uma posição central no conjunto urbano, constituindo locais privilegiados para a formação de novas centralidades urbanas; (4) Possibilidade de adaptação imediata de edifícios já existentes para novas finalidades que promovam um efeito visível de valorização da zona; (5) Presença de edifícios de valor arquitetónico que poderão ser recuperados como espaços culturais ou de serviços de prestígio e como símbolos de identidade da população local.²⁶

Estas características fazem destas zonas, alvos significativos de processos de reconversão urbana, como a regeneração e reabilitação urbana. Efetivamente, estas zonas onde se encontram

²⁶ BAPTISTA, António e MARTINHO, Maria. *Programas URBAN e Reabilitação Urbana – Revitalização de áreas urbanas em crise*, Porto: Direção-Geral do Desenvolvimento em Portugal, 1996, p.79

as indústrias desativadas são geralmente zonas que constituem ótimas oportunidades de ocupação para novos usos, sejam equipamentos, como espaços culturais, de restauração, hotelaria, escritórios ou até mesmo habitação. Nesse sentido é fácil de entender o grande interesse tanto do investimento privado como público nas zonas industriais desativadas. Os exemplos mais significativos deste processo são as extensas áreas industriais desativadas que, em vários países, foram recuperadas através de projetos associados à organização de eventos e ao marketing urbano, como as exposições internacionais (parte da zona oriental de Lisboa), Jogos Olímpicos (Barcelona) ou ações mais ou menos espontâneas impulsionadas pela cultura (Nova Iorque, Filadélfia, Manchester, Liverpool, Bilbao, Glasgow, Roterdão, Amesterdão, Turim, Génova, etc.).

É ainda importante referir a existência de ações de regeneração urbana através do impulso cultural de carácter mais espontâneo. Geralmente, estes processos estão associados à ocupação dos espaços industriais desocupados e/ou abandonados, por atividades artísticas que, dadas as características arquitetónicas, encontram nesses espaços uma oportunidade. Dada as atividades que passam a ocorrer nestes espaços, estes ganham importância na cidade, e a sua envolvente acaba eventualmente por ser contagiada. Abrem-se lojas, cafés, restaurantes, instalam-se novos moradores mais jovens e constroem-se novos equipamentos. A criação destas polos criativos ganha tamanha relevância, que acaba por dar um novo significado ao espaço onde estão inseridos. A valorização das zonas por vezes é tal, que deixa de ser sustentável a sua ocupação por parte dos primeiros ocupantes, que se vêm obrigados a encontrar novos espaços para se instalarem. Um dos pontos a corrigir nestes processos será a discriminação da população pré-existente nestes locais, promovendo um diálogo de forma a manter coesão social e, de certa forma, a memória do local.

Figura 23: Zona ribeirinha de Bilbao, com museu Guggenheim, 2012



Figura 24: Buchanan Street, Glasgow, 2009



Figura 25: Tacheles, edifício ocupado por artistas, Mitte, Berlin, 2013



3.5 A Diversidade

“Esta cidade do século XXI não pode ser senão diversidade e portanto compromisso entre as procuras e as práticas variadas de que ela é objeto.”²⁷

Tendo em conta o contexto atual, e como já foi referido anteriormente, “a diversidade é natural das grandes cidades”²⁸. A diversidade entende-se no âmbito da metrópole como a possibilidade de criar propostas heterogêneas, gerando a combinação entre vários tipos e programas, a partir de novos mecanismos e estruturas que permitam maior polivalência²⁹, conceito de grande importância em qualquer processo de intervenção na cidade, como a regeneração de um determinado local.

Este conceito é adverso ao planeamento urbano moderno que é baseado na setorização do território em usos específicos, que se mostrou pouco viável, e que segundo Jane Jacobs (1961), não pressupõe um entendimento de que os usos do território são uma mistura heterogênea, como por exemplo escritórios, equipamentos públicos e habitações, para responder às diferentes necessidades diárias da sociedade, fazendo assim com que estas representem núcleos ativos e em constante uso.³⁰

Para que a cidade não se entregue à desertificação, é necessária garantir a diversidade. Neste contexto, Jane Jacobs propõe quatro condições indispensáveis para garantir a diversidade: (1) Cada comunidade deverá possuir mais do que uma função principal; (2) Os quarteirões sejam curtos (de forma a garantir uma maior vida social); (3) Uma combinação entre edifícios de idades e estados de conservação diversos; (4) Densidade populacional com propósitos distintos (incluindo o propósito de residir na área em causa).³¹

²⁷ ASCHER, François. Os Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico, Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p.108

²⁸ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes, (1ª edição em inglês – 1961), 2000, p.157

²⁹ GAUSA, Manuel. *Housing, new alternatives, new systems*, Basileia: Birkhäuser, 1999, p.23

³⁰ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes, (1ª edição em inglês – 1961), 2000, p.167

³¹ *Ibidem*, p.165

Desta forma, também é necessário ter em conta que a atratividade de um território não depende exclusivamente da capacidade de sedução de novas populações, principalmente de classes criativas. Um certo número de atividades pode ainda ser atraído por recursos locais específicos, não deslocalizáveis, que estão muitas vezes ligados seja a uma produção agrícola específica, seja a uma história industrial local, entre outros. É aquilo que podemos designar por “o efeito regional”, ou seja, uma qualidade ligada a um local específico.³² Uma capacidade de tornar o local único e diversificado, sem perder a sua memória.

Deste modo pretende-se que estes locais se apresentem como polos ativos e dinamizadores e que, simultaneamente, se complementem e subsistam em si mesmos, como pequenas cidades dentro da grande cidade.

3.6 HafenCity – O Caso de Estudo



Figura 26: Proposta de Intervenção no porto de *Hafencity*, 2000.

HafenCity é um projeto de regeneração urbana, e surge como extensão do centro da cidade de Hamburgo, junto às margens do rio Elba. É um dos maiores projetos do género no continente europeu a nível de área de intervenção em reestruturação e integração urbana (2,2km² de área de intervenção), onde o fator ecológico e de desenvolvimento urbano sustentável tiveram um papel importante. Este processo de regeneração ofereceu um enorme potencial a toda a cidade, devido à sua localização estratégica na mesma e na

³² ASCHER, François. Os Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico, Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p.116-117

Europa, potencializando um crescimento de Hamburgo em cerca de 40%.

Apesar dos primórdios do seu planeamento datarem do início dos anos 90 do século XX, *HafenCity* apenas começou a tomar forma no início do século XXI, sendo expectável albergar cerca de 12.000 pessoas residentes e 45.000 trabalhadores até 2025. As áreas residenciais estão a ser desenvolvidas junto a locais de trabalho aliando-se a outros programas diversos como espaços comerciais, escolas de artes, educação e de pesquisa científica. No que toca aos espaços públicos, foram projetados diferentes tipos, desde extensos passeios ao longo das docas, praças e parques, em alguns casos em relação com a água que envolve o local. Estes novos lugares são novos meios urbanos, espaços ribeirinhos que conjugam o lazer e uso comercial.

A antiga zona portuária transformou-se em bairro residencial e de oficinas, sendo complementada por um conjunto de planos desnivelados, evidenciando a memória do local e a relação com a água. As escadarias serpenteadas e inclinadas que chegam até a água, os pontos de descanso que oferecem acento e uma vista sobre o porto são alguns dos elementos caracterizadores desta área. A rigidez dos espaços é suavizada com diferentes tratamentos das superfícies. Os passeios são asfaltados e repletos de canteiros e as escadarias e rampas são constituídas por elementos cerâmicos que contrastam com elementos de betão prefabricado, com motivos orgânicos. As docas foram transformadas de modo a poderem albergar novas atividades, como a receção de navios históricos. A ligação da referida zona à cidade por uma via rápida e a zona pedonal trabalhada e repleta de edifícios criam assim uma continuidade espacial.

Em suma, o plano de regeneração urbana para *HafenCity* contempla seis aspetos relevantes para a proposta: diversidade de usos do edificado, vegetação e espaços verdes, relação com a água, diversidade de atividades em espaço público, diferentes estâncias e percursos diversos.

Ao nível do edificado, este projeto permitiu o surgimento de novos complexos habitacionais, zonas comerciais e equipamentos, que

ofereceram uma nova dinâmica às antigas instalações portuárias na margem do Elba.

Em termos de vegetação é notável a presença e distribuição de árvores por todos os espaços em vários níveis, plantados em caldeiras repletas de relva ou cascalho, nos passeios ou canteiros de terra sobre terraços junto à água.

A relação com a água é um dos pontos fulcrais de todo o projeto, visto que a totalidade da área de intervenção se encontra banhada pelo rio Elba. Este é visível a partir de qualquer ponto dos novos espaços públicos, estabelecendo um contato fluido entre os residentes e visitantes com a água, e convocando da mesma forma a memória deste local.

A diversidade de atividades em espaço público, como áreas de lazer junto ao novo edificado, tornou-se possível devido às variações de cotas executadas ao nível do terreno. Aliado à preocupação pelas variações do nível do mar, os terrenos foram elevados entre os 5 e os 8 metros.

As estâncias criadas neste local tem diferentes caracterizações. As zonas de lazer tanto entre os edifícios habitacionais, como nas proximidades da água têm um acabamento em betão prefabricado. As escadas e rampas que permitem a comunicação entre os diferentes níveis de terraços descritos anteriormente, são constituídos na sua maioria por pedra.

No que ao tema dos percursos concerne, é notável como o projeto pretende dirigir o público desde os novos blocos habitacionais até a margem, reforçando o constante contacto com as áreas de lazer e o contacto com a água. A criação de duas grandes plataformas flutuantes permitem o acesso junto das embarcações.

Figura 27 e 28: Zonas de lazer – Diversidade de atividades e formas de ocupação do espaço público.



Figura 29 e 30: Escadarias serpenteantes complementadas com vegetação, elementos em betão e, elementos cerâmicos de revestimento do piso.



Figura 31: Vista de *Magellan Terrassen* – é possível observar os diferentes níveis e percursos, bem como o privilegiado contacto com a água.



4 A FLEXIBILIDADE

4.1 A Sociedade Contemporânea e o Habitar Doméstico

“A sociedade moderna tem efetivamente como característica o tentar sempre controlar o futuro.” (François Ascher)

O lar é cada vez mais um espelho da alma, uma intimidade partilhada, a expressão de um espaço, de uma cultura. Os espaços domésticos são uma necessidade básica, espaços privados e de segurança que, simultaneamente refletem conteúdos sociais e culturais, isto é, *“espelham o modo como as culturas e os seus membros têm de conviver e se relacionar com dialéticas de oposições comuns, nomeadamente necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações versus as exigências e solicitações da sociedade no seu todo”*³³. Neste contexto, torna-se compreensível a importância da questão do desenvolvimento da sociedade na conceção da forma arquitetónica doméstica, pois a evolução desta está diretamente relacionada com a evolução dos modos de vida, um processo variável e dinâmico. Muitos arquitetos têm desenvolvido o tema da habitação segundo esta preocupação face à evolução constante da sociedade e suas necessidades, ajustando-se a muitas análises realizadas por especialistas de outras áreas (sociólogos, psicólogos).

Desta forma, Gustau Gili Galfetti demonstra a sua preocupação pelos aspetos sociológicos na evolução do espaço doméstico, e pela forma como os intervenientes no processo devem lidar com o futuro da habitação. O autor revela que as condições sociais contemporâneas são bastante mais ágeis e dinâmicas do que as mudanças efetuadas pelos atores responsáveis pela área (arquitetos, promotores, entre outros). Galfetti refere ainda que a oferta baseada num protótipo de família *standard*, não se enquadra com a pluralidade da sociedade atual, que se caracteriza pela diversidade

³³ ALTMAN, Irwin. e GAUVAIN, Mary. “A cross-cultural and dialectic analysis of homes”, in L.S. Liben, A. H. Paterson e N. Newcombe (Edts.), *Spacial Representations and Behavior across de Life Span*, Londres: Accademic Press, 1981 (tradução livre da autora)

de grupos sociais e pelo desenvolvimento tecnológico que, contribuem para a revolução dos hábitos domésticos e laborais.³⁴

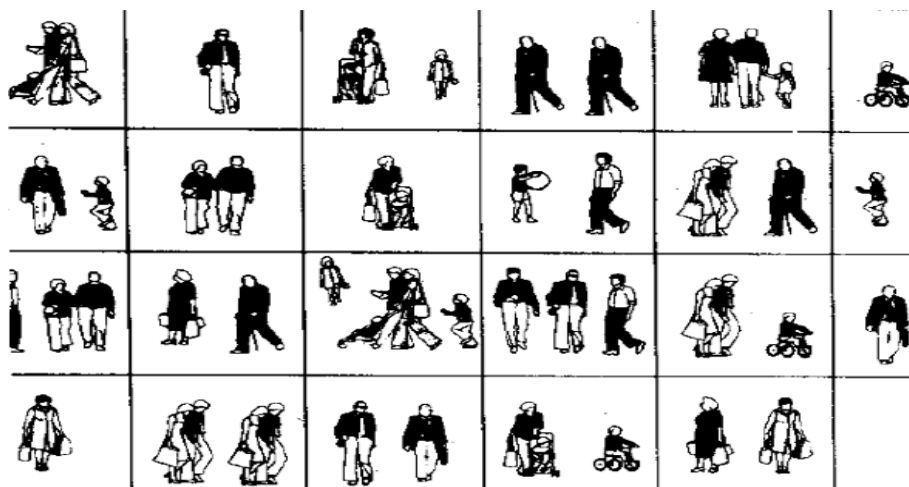


Figura 32:
Diversidade de
famílias nos anos
oitenta

Roger Diener também teceu considerações sobre a adequação dos modelos convencionais de habitação tendo em conta a diversidade de hábitos, modos de vida e agregados familiares da sociedade contemporânea. Como refere o autor, “*constatamos que já não existe nem família padrão, nem necessidades tipo. As necessidades variam de grupo social para grupo social e expressam-se de formas diversas. Não conhecemos os habitantes. Isto significa que as regras segundo as quais concebemos os nossos projetos perdem importância, que devemos abandonar regras que remontam aos anos vinte: Se desconhecemos as necessidades dos habitantes, não podemos querer que os nossos planos ofereçam resposta a essas necessidades. Temos de nos dotar de novas regras. Isto permite-nos considerar as coisas de uma maneira totalmente diferente.*”³⁵

Relacionado com estas questões, Ignacio Paricio e Xavier Sust³⁶, identificam as principais tendências nas transformações da sociedade relativamente à evolução dos agregados familiares que ocupam as habitações. O matrimónio tardio e o aumento das uniões de fato, a queda da taxa de natalidade, o acréscimo da esperança média de vida do ser humano, e ainda o crescimento dos divórcios e das famílias monoparentais, são alguns dos dados que, segundo os autores

³⁴ GALFETTI, Gustau Gili. *Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 10-11.

³⁵ DIENER, Roger. “Diversitat d’hàbits = Diversité des mœurs” in *Quaderns d’arquitectura i urbanisme – Forum Internacional – Debates Centrals*, Nº 213, Barcelona; Actar, 1996, p.80 (tradução livre da autora).

³⁶ PARICIO, Ignacio e SUST, Xavier. *La Vivienda Contemporánea: Programa y Tecnología*, Barcelona: Ed. Institut de Tecnologia de La Construcció de Catalunya, 1998.

ilustram a população dos dias de hoje³⁷. Neste sentido, os autores abordam o conceito de flexibilidade no espaço doméstico como uma boa solução para responder à diversidade programática atual.

As questões relacionadas com a transformação da sociedade também são abordadas por vários autores na revista “*a+t – vivenda y flexibilidade*”. Na editorial da revista é possível o entendimento do impacto das novas relações na arquitetura, em que a tecnologia e mobilidade urbana fazem parte, mostrando assim que, “*conceitos como a flexibilidade, adaptabilidade e a possibilidade de transformar têm muito mais interesse.*”³⁸

As constantes alterações inerentes à cidade são marcadas pela evolução da sociedade, assim demonstra a autora Alexandra Paiva ao afirmar que, “a sociedade encontra-se em evolução constante e são notórias várias relações que, em conjunto, estabelecem novas regras para os programas residenciais.”³⁹ Os padrões encontram-se em alteração portanto, torna-se essencial a procura por novas respostas arquitetónicas, pois existe uma mudança na forma como a arquitetura é vivida. A transformação da unidade familiar e dos conceitos de convivência e coabitação que podem levar a um crescimento exponencial do individualismo, as flutuações do mercado de trabalho ou aumento da importância da tecnologia no dia-a-dia, traduzem a constante mutação da sociedade e consequentemente o impacto e a importância que têm no habitar contemporâneo.

No mesmo âmbito, Manuel Gausa⁴⁰ elucida-nos para a transformação da unidade familiar e dos conceitos de convivência e coabitação que podem levar a um crescimento exponencial do individualismo ou ainda para as flutuações do mercado de trabalho e o aumento da importância da tecnologia no dia-a-dia que, traduzem a constante mutação da sociedade e consequentemente o impacto e a importância que estas têm no habitar contemporâneo.

³⁷ Os dados apresentados são referentes à análise de dados estatísticos do INE de Espanha

³⁸ *a+t – vivenda y flexibilidade*, Nº 12, 1998, p.2 (tradução livre da autora)

³⁹ PAIVA, Alexandra. *Habitação flexível: análise de conceitos e soluções*, Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.15

⁴⁰ GAUSA, Manuel. *Housing, new alternatives, new systems*, Basileia: Birkhäuser, 1999, pp. 17-19.

Por sua vez, Pere Fuertes e Xavier Monteys propõem uma nova maneira de pensar a forma de conceção da habitação “...como uma coisa viva, algo que responde às preocupações e necessidades dos seus utilizadores e, portanto, altera-se cada vez que eles o fazem”⁴¹, Isto é, pensar a casa como um organismo em constante mudança. Estes mesmos autores, integrados no grupo de investigação HABITAR, prosseguem o estudo sobre diversas questões, das quais se destacam os modos de habitar do interior doméstico através de propostas como a constituição de “habitações satélite” que tem como intuito permitir o ajustamento da casa às necessidades temporárias dos utilizadores; ou ainda a utilização de “mais portas” e percursos alternativos dentro da própria tipologia.



Figura 33:
Contexto geral
que envolve
vários temas e os
correlaciona

Recentemente, Jeremy Till e Tatjana Schneider retomam as reflexões sobre a habitação e como as mudanças na sociedade são cruciais neste tema. Tal como outros autores, apresentam diversos motivos como o decréscimo das unidades familiares tradicionais, as grandes alterações na pirâmide etária com o aumento da população idosa ou a procura pela habitação partilhada, para justificar a necessidade de criar novos modelos de habitar. “As alterações

⁴¹ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.22 (tradução livre da autora)

demográficas exigem novas soluções arquitetônicas que incorporam a flexibilidade para novos tipos de habitação."⁴²

Desta forma é possível entender que as novas vertentes familiares imprimem as novas lógicas e dinâmicas da sociedade, nas quais a arquitetura tem um papel importante. Todos estes fatores contribuem para uma alteração dos paradigmas de privacidade e intimidade da arquitetura da casa espelhando uma sociedade caracterizada por valores consumistas, individualistas e marcada pela efemeridade, instabilidade, superficialidade e mobilidade urbana "onde os conceitos de igualdade passaram a predominar..."⁴³ As formas de habitar contemporâneas são heterogêneas e transformaram-se a um ritmo ao qual a oferta ainda não foi capaz de acompanhar.

4.2 Flexibilidade e Adaptabilidade - Conceitos

*"A flexibilidade é uma tentativa de anular o paradoxo entre o caráter estático do edifício e o processo dinâmico do habitar"*⁴⁴

O conceito de flexibilidade envolve várias hipóteses exploradas por inúmeros autores e, diversos áreas, originando assim diversas interpretações. Numa associação muito simplista, o conceito sugere movimento e mudança. Num dicionário de língua portuguesa, o significado da palavra flexibilidade poderá ser descrito ainda como "qualidade do que é flexível; faculdade de ser manejado ou usado; aptidão para realizar atividades ou se aplicar a estudos de natureza diversa; possibilidade de ser adaptado; capacidade de se adaptar às circunstâncias, necessidades."⁴⁵ Quando aplicado à arquitetura doméstica, o conceito de flexibilidade, está normalmente associado ao processo de adaptação do espaço da habitação aos usos praticados pelos seus ocupantes, sendo entendido como a capacidade do espaço físico se adaptar ao processo variável e dinâmico do habitar. Desta forma, considera-se que a flexibilidade

⁴² SCHNEIDER, Tatjana e TILL, Jeremy. *Flexible Housing*, Burlington: Elsever Inc, 2007, p.38 (tradução livre da autora)

⁴³ HINTZ, Helena. "Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade" in *Pensando Famílias*, nº3, 2001, p.10

⁴⁴ ELDONK, Jos van e FASSBINDER, Helga. *Flexible Fixation, the paradox of Dutch Housing Architecture*, Assen/Maastricht: Van Gorcum, Eindhoven University of Technology, 1990, p. 9.

⁴⁵ CASTELEIRO, João Miguel (Coord.). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, Vol. 1, 2001, p.1769.

surge como resposta ao determinismo e funcionalismo da casa moderna.

Segundo Rabeneck, Sheppard e Town⁴⁶, a flexibilidade está relacionada com a posição dos espaços de serviço na habitação e com as técnicas construtivas utilizadas na mesma, sendo capaz de oferecer escolha e personalização ao espaço doméstico.

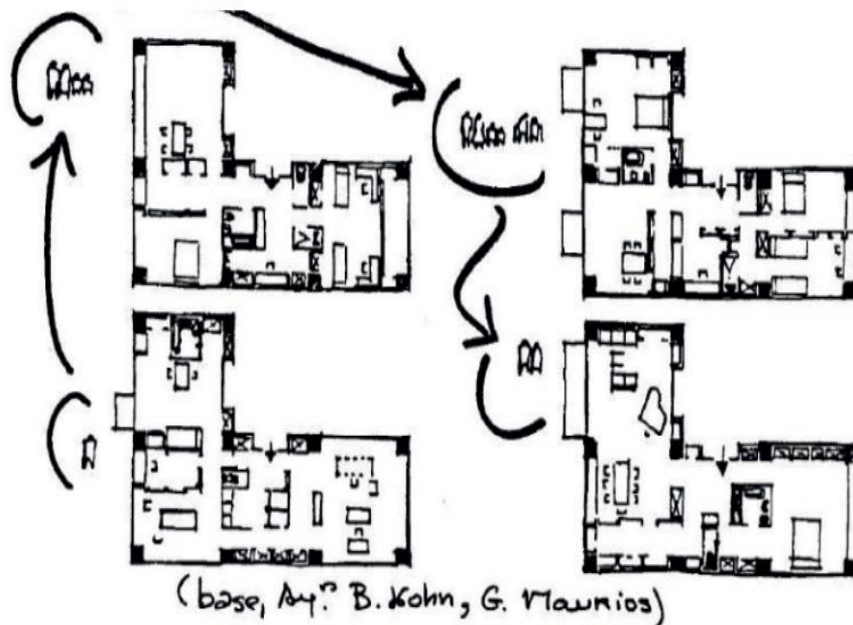


Figura 34: Espaço doméstico adaptável a diferentes agregados domésticos e usos (1993)

No mesmo sentido, Steven Groák define a flexibilidade como capaz de permitir diferentes composições físicas na conceção espacial. O mesmo autor defende duas estratégias como resposta à necessidade de um edifício albergar diversos usos e funções ao longo da sua vida útil, surgindo assim a referência ao conceito de adaptabilidade. Estas definições são ainda aprofundadas, mais recentemente, por Jeremy Till e Tatjana Schneider ao afirmarem que *“a flexibilidade é conseguida alterando o tecido físico da construção: juntando salas ou unidades, estendendo-as, ou deslizando ou dobrando paredes e móveis.”*⁴⁷ Defendem ainda que a habitação flexível é *“uma habitação que se consegue ajustar às alterações das necessidades e padrões, tanto sociais como tecnológicas.”*⁴⁸, Ou seja, a existência de uma disposição

⁴⁶ Autores de dois artigos sobre flexibilidade e adaptabilidade intitulados “Housing Flexibility?”, em 1973 e “Housing Flexibility/Adaptability?”, em 1974.

⁴⁷ SCHNEIDER, Tatjana e TILL, Jeremy. *Flexible Housing*, Burlington: Elsevier Inc, 2007, p. 5. (tradução livre da autora)

⁴⁸ *Ibidem*, p. 4 (tradução livre da autora)

inicial flexível que se pode adaptar ao longo do período de utilização, uma *"habitação que responde à volatilidade do habitar."*⁴⁹

Apesar de todas estas definições, uma das análises mais extensas este conceito foi realizado por Herman Hertzberger, em que conclui que a flexibilidade está associada a "uma forma que se preste a diversos usos sem que ela própria tenha de oferecer mudanças, de maneira que uma flexibilidade mínima possa traduzir uma solução ótima."⁵⁰ Que seja passível simultaneamente a existência de espaços neutros e polivalência de usos, recusando a modificação do espaço através da experimentação de sistemas móveis. O arquiteto contraria a noção de que a flexibilidade pode beneficiar os espaços construídos ao afirmar que essa está ligada à "incerteza" e à "falta de coragem" dos arquitetos, acrescentando ainda que nem a neutralidade nem a especificidade podem produzir uma solução adequada, levando até a uma "ausência de identidade". Como tal, Hertzberger propõe associar a adaptação espacial à condição de polivalência funcional, isto é, uma forma que se preste a diversos usos sem que a mesma tenha de sofrer mudanças físicas.

Este ideal defendido por Hertzberger, é de certa maneira defendida por Rem Koolhaas ao afirmar que *"a flexibilidade não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...). A flexibilidade é a criação de uma capacidade de ampla margem que permita diferentes e mesmo opostas interpretações e usos."*⁵¹ O autor sustenta a ideia de polivalência funcional no sentido da criação de espaços ambíguos, possibilitando diferentes usos desses mesmos compartimentos, sem necessidade de uma conceção mecanicista, isto é, uma previsão exaustiva das alterações possíveis.

Gerard Maccreeanor partilha também do argumento usado por Hertzberger para o conceito de flexibilidade ao afirmar que *"Ao longo do tempo, a flexibilidade tem sido um tema de interesse para os arquitetos. (...) O resultado foi, nos anos que se seguiram, o*

⁴⁹ *Ibidem*

⁵⁰ HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.146.

⁵¹ KOOLHAAS, Rem e MAU, Bruce. S, M, L, XL, Nova Iorque: The Monacelli Press, 1995, p. 240. (tradução livre da autora)

aparecimento de muitos edifícios com planta livre e modificável, em torno de um núcleo de serviços fixo. Pensou-se que uma maior indeterminação espacial era bom para permitir maiores alterações de uso e ocupação. (...) ⁵² O autor critica ainda uma possível interpretação do conceito de flexibilidade referindo que “os edifícios que foram desenhados para serem flexíveis na sua distribuição interior continham um pé-direito mínimo, tornando-os pouco adaptáveis a usos futuros. Era frequentemente mais eficaz, do ponto de vista económico, construir novas habitações ao invés de renovar o existente. A conclusão é que a flexibilidade não implica simplesmente a necessidade de uma alteração infinita nem uma falácia na fórmula aceite até agora. Pelo contrário, os edifícios que se mostraram mais adaptáveis são os que, originalmente, não estavam pensados para um uso flexível.”⁵³ Desta forma o autor reforça a importância do conceito de adaptabilidade como uma “outra forma de entender a flexibilidade”⁵⁴.

Elsdonk e Fassbinder⁵⁵ distinguem ainda dois tipos dentro deste abrangente conceito, a flexibilidade espacial e flexibilidade funcional. A primeira refere-se a edifícios que se adaptam às necessidades dos utilizadores, essencialmente através de alterações na sua configuração e o segundo tipo está relacionado com o conceito de polivalência, também abordado por outros autores.

Outra abordagem ao conceito de flexibilidade é feita por Gustau Galfetti, em que este refere que a “*Flexibilidade na habitação surge como um mecanismo eficaz para compensar a falta de conexão entre o arquiteto e o utilizador anónimo. A flexibilidade pode, assim, ser compreendida como um grau de liberdade, possibilitando uma diversidade de modos de vida.*”⁵⁶ Desta forma, o autor demonstra que as decisões tomadas pelo arquiteto na conceção do projeto irão ter

⁵² MACCREANOR, Gerard. “Adaptabilidad” in *a+t - Vivienda y flexibilidade (I)*, A+T, nº 12, 1998, p.40. (tradução livre da autora)

⁵³ *Ibidem*

⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵ ELDONK, Jos van e FASSBINDER, Helga. *Flexible Fixation, the paradox of Dutch Housing Architecture*, Assen/Maastricht: Van Gorcum, Eindhoven University of Technology, 1990.

⁵⁶ GALFETTI, Gustau Gili. *Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.12-13 (tradução livre da autora)

impacto no grau de flexibilidade, polivalência e apropriação do espaço por parte do utilizador.

O papel do arquiteto na conceção do espaço doméstico flexível é referenciada também por Adrian Forty⁵⁷, sendo que este lida com a flexibilidade como uma questão que requer um pensamento a longo prazo. O autor refere ainda que o significado deste conceito tem servido a papéis antagónicos: expandir e viabilizar o funcionalismo, e resistir ao mesmo.

Assim sendo, o termo *flexibilidade* alcança uma multiplicidade de análises e interpretações, revelando-se importante perceber e referir que *“hoje a palavra está associada a algo móvel, quando na realidade implica maior variedade de uso e maior versatilidade (...). A flexibilidade é, antes, uma questão de potencialidade.”*⁵⁸

As definições apresentadas mostram que qualquer habitação deve ser flexível e polivalente de modo a poder conter em si possíveis alterações para responder às necessidades dos habitantes ao longo do tempo. Ainda que definidas de uma forma genérica, estas necessidades de mudança podem ser de diversas ordens (pessoais, práticas ou tecnológicas) e ocorrem essencialmente por dois motivos distintos: como resultado de alterações familiares ou alterações económicas. Assim, é esperado que as unidades habitacionais ofereçam idealmente uma liberdade de escolha antes da sua ocupação e ainda a possibilidade de ajustes ou modificações ao longo do tempo.

4.3 Tipos de Flexibilidade

Pela leitura de diversos autores se comprova que existem distintos tipos e variantes da flexibilidade que funcionam como dispositivos na arquitetura residencial. No entanto, neste trabalho, apenas iremos focar em algumas dessas análises que, de um certo modo, se complementam e que considerámos serem aquelas que melhor expressam o tema proposto.

⁵⁷ FORTY, Adrian. *Words and Buildings: A vocabulary of Modern Architecture*, Londres: Thames & Hudson, 2000, pp.142-148.

⁵⁸ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage – un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 50.

4.3.1 Flexibilidade Inicial e Flexibilidade Permanente

A flexibilidade tem sido subdividida de diversas formas, consoante os autores, mas existem duas definições assumidas em todas as subdivisões encontradas e exploradas: flexibilidade inicial ou concetual concetual e flexibilidade contínua ou permanente. O primeiro corresponde assim à fase de conceção e construção do projeto, e consiste na capacidade de “oferecer certas decisões antes da ocupação do edifício”⁵⁹ ao utilizador final, permitindo uma maior participação do habitante na conceção do espaço doméstico. O segundo refere-se à possibilidade de modificação do edifício ao longo do tempo, num período de pós-ocupação.

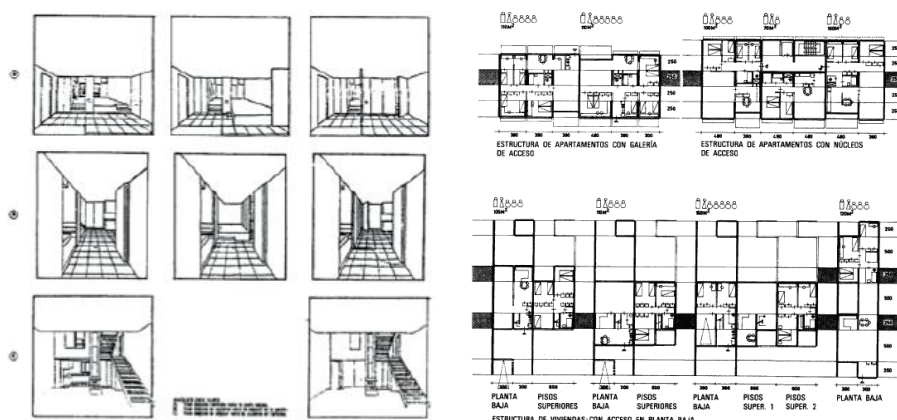


Figura 35 (esquerda): Dispositivos de partição espacial, Flexibilidade ativa. (*Penser l'habité: le logement en questions*, 1988)

Figura 36 (direita): Suporte com tipos e subtipos variados

A *flexibilidade inicial ou concetual* traduz-se numa maior variedade tipológica, e é uma resposta à ideia de se conceber diferentes edifícios apropriados a diferentes tipos de habitantes. Neste sentido, Eleb-Vidal, Châtelet e Mandoul sugerem que esta poderá ser resolvida de duas maneiras: a *flexibilidade inicial* total ou *flexibilidade inicial* parcial⁶⁰. Na *flexibilidade inicial* total inserem-se as propostas que no interior da pele do edifício pré-estabelecido deixam o interior aberto a todas as possibilidades de subdivisão dos compartimentos anteriores à ocupação. Um claro exemplo do expoente máximo deste conceito é a teoria introduzida por Habraken⁶¹ através do SAR⁶², no princípio dos

⁵⁹ GALTETTI, Gustau Gili. *Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.13 (tradução livre da autora)

⁶⁰ ELEB-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOU, Thierry. *Penser L'habité: le logement en questions*: PAN 14, Pierre Mardaga, 1990, p.103.

⁶¹ HABRAKEN, Nicholas et all. *El Diseño de Soportes*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

⁶² "Stiching Architecten Research", fundação holandesa fundada em 1955 para a investigação no campo da arquitetura.

anos 60. Na generalidade, este método consiste na adoção de um sistema de dois conceitos: o de *suportes* e o de *unidades separáveis*. Segundo os autores, um *suporte* consiste num produto arquitetónico dotado de uma qualidade espacial definida e construída num lugar específico, e não apenas um simples “esqueleto” estrutural, vazio e neutro, sem qualquer definição. Um *suporte* é qualquer edifício feito para conter um determinado número de unidades de habitação que possam ser individualmente adaptadas às necessidades dos utilizadores, e *tem como “objetivo encontrar uma solução que permita todas as variações desejadas e que simultaneamente utilize o mínimo de unidades separáveis possíveis.”*⁶³ As *unidades separáveis* definem-se como componentes físicas não estruturais que o indivíduo residente escolhe segundo as suas necessidades. Após a junção das mesmas, estas são anexadas ao *suporte*. O tratamento isolado do *suporte* como entidade independente é um veículo para que este possa responder a uma possível mudança de usos, pois o suporte representará sempre um “estilo de vida”.

Quanto ao conceito de *flexibilidade inicial* parcial, a sua definição gera-se através da principal diferença em relação à anterior, que é o fato de se preverem alguns elementos fixos, como as instalações sanitárias ou a cozinha. Apoiada na existência de um núcleo técnico estático, este conceito permite facilitar a composição das diversas células do mesmo edifício residencial, sobretudo quando analisado do ponto de vista do eixo vertical. Este conceito induz ainda uma maior simplicidade da planta e maior modelação espacial da célula doméstica, permitindo assim que os seus habitantes atuem com facilidade na sua conceção. Conclui-se então que esta forma de flexibilidade baseia-se numa desvalorização da especificidade do uso, oferecendo maior destaque à possibilidade de escolha por parte do futuro habitante.

O projeto Maison Dom Ino (1914), é também um excelente exemplo da exploração desta teoria pois, Le Corbusier tira partido da definição de uma estrutura rígida de suporte independentemente dos elementos de divisão espacial.

⁶³ HABRAKEN, Nicholas et al. *El Diseño de Soportes*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979, p.20 (tradução livre da autora)

A concepção do espaço deixa de depender, em grande parte, da dimensão estrutural da casa e abre-se a possibilidade de uma livre configuração do espaço doméstico.

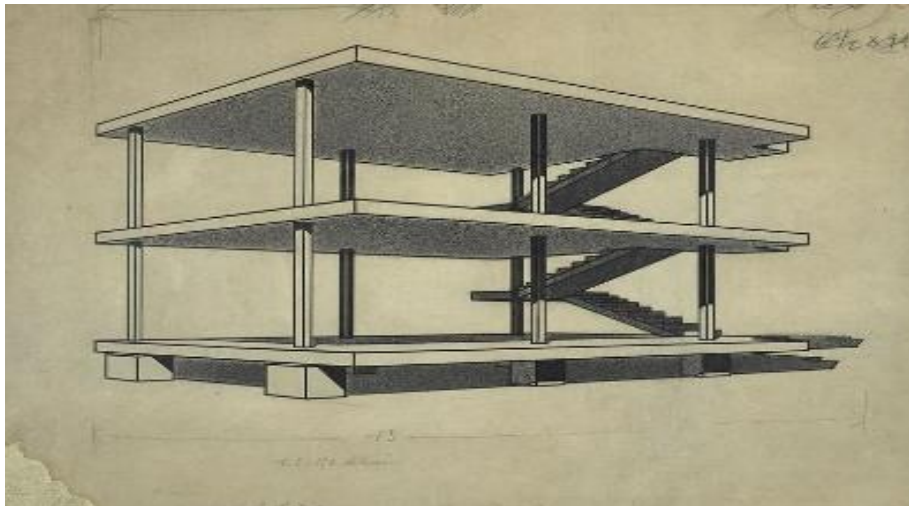


Figura 37: Maison Dom Ino, Le Corbusier, 1914

A *flexibilidade contínua ou permanente* torna-se relevante no que diz respeito às questões associadas às mudanças sociais porque assenta na “*possibilidade de modificação do espaço ao longo do tempo*”.⁶⁴ E, ao contrário do conceito abordado anteriormente, este desenvolve-se na fase de utilização, possibilitando a alteração do espaço e/ou usos durante diferentes ciclos de ocupação ou vida familiar que influenciam o espaço doméstico. Também aqui, este conceito se subdivide: *mobilidade, evolução e elasticidade*⁶⁵. Estes três tipos de intervenção divergem substancialmente na atitude frente à envolvente a transformar. *Mobilidade* corresponde assim à modificação imediata e acessível dos espaços interiores consoante as diferentes horas do dia e atividades domésticas. Este conceito abarca soluções que concedem maior versatilidade espacial através de elementos secundários, como os sistemas móveis de deslocamento que permitem alterações diárias do espaço (painéis, armários, ou tabiques). A *evolução* implica a capacidade da adaptação do edifício de habitação ao longo do tempo, essencialmente através de dois modos: a adaptação à introdução de usos que não o residencial, e a adaptação face às alterações da

⁶⁴ GALFETTI, Gustau Gili. *Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.13 (tradução livre da autora)

⁶⁵ Esta subdivisão é referida por Galfetti (1997, p.13) e feita por Eleb, Châtelet e Mandoul em ELEB-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOUL, Thierry. *Penser L'habité: le logement en questions*. Liège: Pierre Mardaga, 1990, p.103, mas também é sugerida por Gerard Maccreanor em MACCREANOR, Gerard, “Adaptabilidad”, a+t 12, *Vivienda y flexibilidad* (I), 1998, com uma nomenclatura diferente, apesar da semelhança entre conceitos: Inclusão, Alteração e Adição.

estrutura familiar e das suas necessidades, fruto de um uso prolongado do espaço doméstico por parte da mesma. A *elasticidade* uma forma de transformação da unidade habitacional, através da adição ou subtração de compartimentos, sendo assim uma realidade mais comum nas habitações unifamiliares, mas menos em habitação plurifamiliar.

Ainda na mesma corrente, Bernard Leupen, classifica a mesma flexibilidade em três conceitos distintos: *polivalência*, *alterabilidade* e *expansibilidade*⁶⁶. A Polivalência refere-se a espaços capazes de estabelecer diversos usos, sem impor necessariamente a alteração física dos mesmos. A alterabilidade sugere mudanças através de alterações físicas da organização do espaço, recorrendo a mecanismos de divisão interiores, indo de encontro ao conceito da evolução anteriormente referido. A expansibilidade permite a possibilidade de aumentar a área útil do espaço habitacional, o que de certa forma se aproxima ao conceito de elasticidade.

⁶⁶ LEUPEN, Bernard. *Frame and Generic Space*. Roterdão: 010 Publishers, 2006, p.25.



Figura 38:
Vroesenlaan, J. Van
der Broek (1934) –
Exemplo do conceito
de *Mobilidade*.



Figura 39 (esquerda):
Esquício Bairro da
Malagueira, Siza Vieira
(1979) – Exemplo do
conceito de *Evolução*.

Figura 40 (direita):
Greenwich Millenium
Village, Proctor
Matthews (2001) –
Exemplo do conceito
de *Mobilidade*.

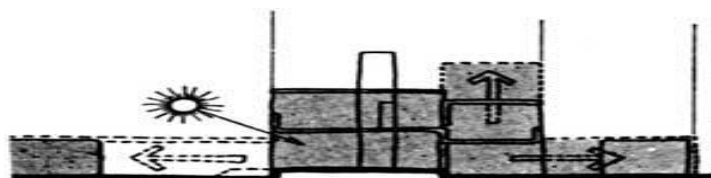


Figura 41: Casas
Extensíveis, J. Van der
Broek e Jacob Balema
(1963) – Exemplo do
conceito de
Elasticidade.

4.3.2 Flexibilidade Ativa e Flexibilidade Passiva

Dentro do tema da flexibilidade, é frequente fazer uma distinção entre *flexibilidade ativa* e *flexibilidade passiva* como dois modos de operar sobre o tema, sendo que o primeiro pode ser associado ao termo flexibilidade e o segundo pode ser relacionado muitas vezes com o termo adaptabilidade. Ambos os termos ajudam a clarificar e organizar as diversas estratégias e operadores a aplicar na tipologia habitacional e no edifício respetivamente.

Sendo assim, *flexibilidade ativa* pode ser “caracterizada pelo movimento e alteração das características físicas do espaço ou espaços de habitação”⁶⁷, podendo-se relacionar com o grupo de termos associados ao conceito de *flexibilidade permanente* anteriormente referidos. Esta flexibilidade resulta da imposição de alterações do espaço, por forma a transformar a célula doméstica.

Segundo Alexandra Paiva, a *flexibilidade passiva* “consiste na neutralidade de espaços facilmente apropriáveis, permitindo uma polivalência (desenvolvimento de mais que um tipo de atividade, de entre várias, pela mesma pessoa, individual ou coletiva) sem modificação do interior do fogo”⁶⁸. Apesar da descrição um pouco contraditória com a definição generalizada de flexibilidade já analisada, que supõe à partida uma transformação física do espaço, autores como Monteys e Fuertes ou Hertzberger defendem o conceito de *flexibilidade passiva* como o melhor veículo para obter melhores soluções. Os primeiros demonstram que a utilização de operadores móveis não se traduz diretamente em maior variedade e versatilidade, pois “a flexibilidade é, antes de mais, uma questão de potencialidade”⁶⁹, e o segundo através da *flexibilidade mínima* promove a existência de espaços neutros e polivalência de usos, levando ao limite a recusa da modificação do espaço através da experimentação de sistemas móveis. Desta forma, recupera-se a ideia de uma casa mais adaptável e versátil, do que mutável e instável.

⁶⁷ PAIVA, Alexandra. *Habitação flexível: análise de conceitos e soluções*, Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p.150.

⁶⁸ *Ibidem*

⁶⁹ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.50 (tradução livre da autora)

4.3.3 Ambiguidade e Alteração da Hierarquia Espacial

A partir do tema da flexibilidade passiva, surge a relação com o termo ambiguidade. Esta relação surge da pretensão de responder à excessiva predeterminação dos espaços e usos da casa. A extrema definição destes, a hierarquia formal e dimensional instituída e a exagerada deliberação das relações estabelecidas entre os diferentes espaços da casa, são fatores marcantes da casa moderna e da atual, como nos descreve Xavier Monteyts através da “planta chave”⁷⁰.

Ambiguidade depreende a capacidade de potenciar uma utilização diversificada da casa, quanto ao seu uso e função de um espaço, através de uma arquitetura homogênea, no que toca às dimensões propostas, opondo-se assim a uma estratificação clara dos espaços da mesma. Assim sendo, Robert Venturi⁷¹ destaca “uma flexibilidade mais perceptível do que física e que permite a firmeza e a permanência ainda necessárias nos nossos edifícios.” Segundo o autor, que defende estratégias de carácter passivo, a “ambiguidade válida promove a flexibilidade útil”⁷², realçando ainda a capacidade que o espaço possui de albergar e potenciar uma apropriação com propósitos variados.

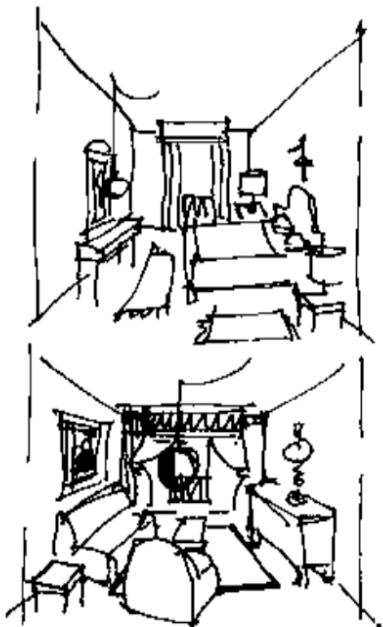


Figura 42 (esquerda): Ambiguidade dos Compartimentos (*Habitação evolutiva e Adaptável*, 2003)



Figura 43 (direita): A livre apropriação do espaço da casa. Fotomontagem realizada por Jean-Pierre Junker sobre a casa Bianchetti de Luigi Snozzi, Zurique, 1990.

⁷⁰ MONTEYS, Xavier. Doméstica: “Distribució és un tema massa estret!”, in *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme*, Nº 250, Barcelona: Actar, 2006, p.58.

⁷¹ VENTURI, Robert. Complexidade e Contradição em Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁷² *Ibidem*, p.33

Venturi propõe também “a sala com finalidade mais genérica do que específica, e com mobiliário removível em vez de divisórias móveis”⁷³ como um dos possíveis exemplos para uma configuração aberta à apropriação espacial.

Os autores Xavier Monteyts e Pere Fuertes reforçam a ideia formulada por Venturi ao afirmarem que *“quanto maior a especialização das partes da casa e o desaparecimento de partes indefinidas, maior tem sido a perda de flexibilidade.”*⁷⁴ Desta forma múltiplos compartimentos, com área homogêneas, admitem várias interpretações sociais que resultam em diferentes cenários e usos de modo a acompanhar as alterações da estrutura familiar. *“Por que não podem ter todos 16 m²? Significativamente, algumas casas de aluguer do final do século XIX tinham essa indeterminação entre os compartimentos, podendo usar-se indiscriminadamente qualquer um deles para diversificadas funções.”*⁷⁵

Na mesma temática, Parício e Sust referem-se à compartimentação ambígua da casa como um dos meios para atingir a flexibilidade, no sentido de aumentar a polivalência dos espaços, sem que haja necessidade de os transformar⁷⁶.

4.4 Estratégias de Flexibilidade

Após a análise dos distintos tipos, significados e designações de flexibilidade, é possível a compreensão da sua relevância e que forma conseguem contribuir na transformação e evolução do espaço habitacional.

Neste sentido, no projeto apresentado, a flexibilidade irá aplicar-se ao nível das células habitacionais, bem como ao nível do edifício, recorrendo-se à flexibilidade passiva, no sentido em que os espaços pensados sugerem adaptabilidade e versatilidade dos usos. No caso específico da habitação, foi selecionada a flexibilidade inicial, onde é projetada uma oferta diversificada, de forma a corresponder e

⁷³ *Ibidem*

⁷⁴ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p.46 (tradução livre da autora)

⁷⁵ *Ibidem*, pp. 46-48 (tradução livre da autora).

⁷⁶ PARICIO, Ignacio e SUST, Xavier. *La Vivienda Contemporânea: Programa y Tecnología*, Barcelona: Ed. Institut de Tecnologia de La Construcció de Catalunya, 1998, p.25.

satisfazer as necessidades atuais e futuras dos habitantes. Para além destes, recorre-se também ao conceito de flexibilidade permanente, aliada aos termos de evolução e elasticidade, de forma a permitir a alteração de divisões/compartimentos e possibilitar a expansão da casa.

Deste modo, segue-se a apresentação da aplicação destes conceitos, no edifício, bem como nas células habitacionais, ao nível das tipologias, caracterizando as estratégias aplicadas de forma a corresponder aos termos apresentados anteriormente.

4.4.1 Escala do Edifício

A flexibilidade no espaço habitacional pode ser alcançada por diversas estratégias. A determinação das mesmas não se delimita apenas no âmbito da definição da constituição interior da habitação. Como demonstrado anteriormente, existe uma preocupação por outro modo de flexibilização do espaço, que não se traduz somente na definição interior da habitação, mas também, nas das áreas contíguas a esta.

A extensão da habitação às áreas entendidas como espaços de transição que incorporam os espaços comunitários da habitação - galerias, átrios, vãos de escada - pode ser o mote para a reflexão sobre estes espaços de transição e o seu papel num desempenho mais flexível do edifício. Este tipo de solução compreende que esses espaços sejam entendidos como mais uma estância da habitação, embora temporária. Xavier Sust e Ignacio Paricio são um contributo importante para a determinação de alguns fatores que permitem favorecer a flexibilizar da habitação a partir dos espaços comuns.

Na atualidade, os espaços de transição são projetados com o intuito de cumprir e facilitar a sua função principal, permitir exclusivamente o acesso à habitação, facto que se traduz em áreas reduzidas. Existem exemplos de complexos habitacionais que demonstram que a utilidade destes espaços não reside somente na possibilidade de aceder às habitações, como também podem estimular a estadia e interação dos habitantes/utilizadores do edifício. Sust e Paricio sustentam que estes espaços “podem transformar-se em espaços ativos da habitação se se

dotarem de umas dimensões ligeiramente superiores”⁷⁷. Segundo os autores, o aumento das dimensões destes espaços resulta também aumento de espaços ativos da habitação, o que sugere a possibilidade da extensão do espaço habitado aos espaços de transição.

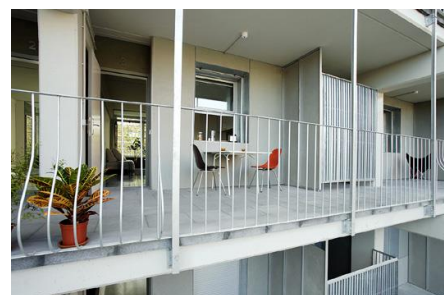
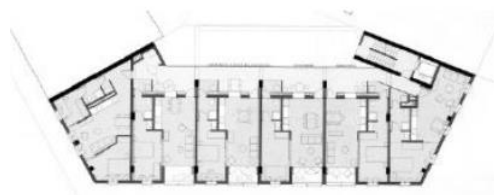
Figura 44: Planta da galeria da residência de estudantes Weesperstraat de Herman Hertzberger



Figura 45: Galeria da residência de estudantes Weesperstraat de Herman Hertzberger



Figura 46 e 47: Planta e imagem da galeria do edifício de proteção oficial para jovens em Sant Andreu de E. Lopez e M. Rivera



A residência de estudantes Weesperstraat de Herman Hertzberger e o edifício para jovens em Sant Andreu de Emiliano Lopez e Mónica Rivera são dois exemplos que refletem a preponderância de concebermos os espaços comunitários com áreas mais generosas. Em ambos os casos os utilizadores são estimulados a permanecer e a interagir entre si.

Na proposta desenvolvida foi desenvolvido um modelo de circulação vertical que distribui para uma galeria que, tal como os casos apresentados, não apenas cumpre a função de distribuição e acesso às habitações, bem como convida os utilizadores à

⁷⁷ PARICIO, Ignacio e SUST, Xavier. *La Vivienda Contemporánea: Programa y Tecnología*, Barcelona: Ed. Institut de Tecnologia de La Construcció de Catalunya, 1998, p.43 (tradução livre da autora)

permanência e usufruto do espaço. Estes espaços permitem ainda a visibilidade para o interior do quarteirão em que o edificado está inserido, o que se revela uma característica de grande relevância, devido ao facto de que, de certa forma, são também espaços de transição entre a casa e a rua, apesar de em cotas distintas.

4.4.2 Escala do Habitar

4.4.2.1 Espaços Neutros e Polivalência de Usos

Os modelos de habitação usuais caracterizam-se pela demarcada hierarquização do espaço, o que permite a prevalência e domínio de certos compartimentos em comparação com outros, que geralmente se relacionam com questões de especialização funcional dos mesmos. Este modelo, de certo modo, retira alguma liberdade ao habitante. Neste sentido, é imperativo a dissociação dos espaços de uma função específica, tornando-os polivalentes, permitindo assim diversos usos e apropriações.

A polivalência de usos pode ser conseguida através de duas estratégias, a planta livre e a compartimentação ambígua. O sistema de planta livre, consiste na conceção de um espaço sem divisórias rígidas, com os serviços ou instalações localizados num determinado espaço organizado, numa banda ou núcleo, funcionando de uma forma autónoma em relação ao espaço restante da habitação. Este último não necessita de caracterização concreta, permitindo um grau de liberdade elevado no que toca às vivências deste espaço por parte dos utilizadores.

A estratégia de compartimentação ambígua é definida pela existência de espaços com dimensões e características idênticas, sem usos predeterminados, conferindo-lhes polivalência. A referida estratégia tem bastante aplicação na conceção de espaços domésticos desta natureza, pela capacidade que tem de fazer face às dificuldades de antevisão das necessidades dos utilizadores ao longo do tempo e dos seus modos de vida, numa sociedade em constante evolução.

O projeto de habitação de Morger & Degelo, em Basileia, é um dos exemplos de aplicação da última estratégia enumerada, usando um número de compartimentos de dimensões semelhantes, que rodeiam a

zona de serviço que se encontra no centro da habitação, permitindo funções distintas, conforme a necessidade dos utilizadores.

Figura 48:
Compartimentos de
uso neutro dos fogos
do bloco de habitação
de Morger & Degelo,
Basileia.



Na proposta desenvolvida, pretende-se trabalhar a indeterminação dos espaços de maneira a criar compartimentos de dimensões semelhantes, na totalidade das tipologias desenvolvidas, variando o número de compartimentos conforme a área útil de cada fogo.

Foram desenvolvidas duas tipologias distintas, com um bloco de serviços localizado no centro dos fogos, em que são desenvolvidas em banda o número de compartimentos. Quanto ao número de compartimentos, em limite, tipologia maior poderá ter oito, e a tipologia menor, poderá ser organizada em apenas quatro compartimentos. Em ambos os casos, os blocos de serviços podem optar pela ligação a compartimentos ou adquirirem a sua função de forma independente dos mesmos. Esta particularidade assume uma maior importância, no sentido em que nenhuma das divisões se assume como um espaço de maior relevância social (cozinha ou sala).

Figura 49:
Compartimentos de
uso neutro na proposta
projetual.



4.4.2.2 O Bloco Funcional

O bloco resulta da organização de zonas húmidas e técnicas em geral, num ou mais pontos da habitação. Este núcleo fixo, permite libertar todo o restante espaço em seu redor, bem como concentrar em apenas um ponto os ductos e circulações internas da habitação. Estes blocos permitem diversas possibilidades de localização dos mesmos dentro do fogo.

No grupo das diversas possibilidades de localização, destaca-se a instalação em bloco interior, opção que permite obter apenas um só ducto, tornando a área habitacional interior em seu redor mais vazia, portanto com um grau de liberdade e apropriação superior. A organização das áreas serventes em núcleos individualizados potencia a versatilidade dos espaços servidos, desvinculando-os de usos específicos. Um projeto que leva ao limite esta concentração, foi desenvolvido por Margret Duinker e Machiel van der Torre, em Amesterdão. A configuração do edifício permitiu organizar em redor de um único bloco central os espaços servidores (instalação sanitária, kitchenet) deixando o restante espaço para circulação e outras apropriações.

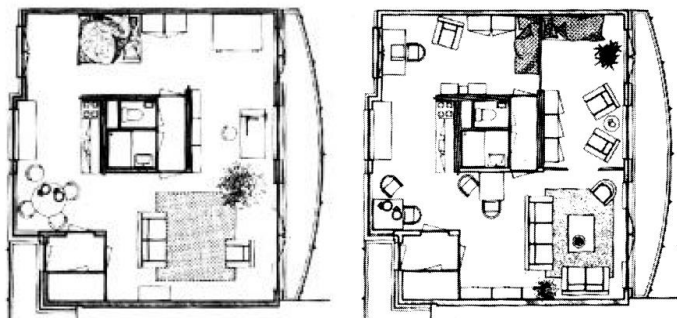
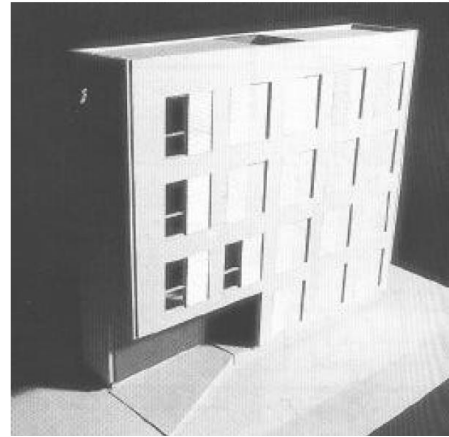
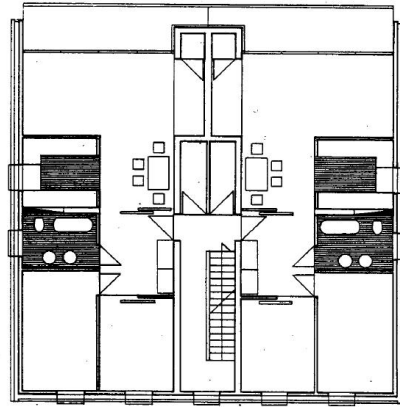


Figura 50: Edifício de habitação de M.Duinker e M.van der Torre, em Amesterdão-Dapperbuurt.

Por outro lado, no projeto de Tim Heide e Verena von Beckerath para o European 1 é proposta uma localização periférica no fogo para o bloco técnico, permitindo a sua ventilação natural, sendo o ducto perpendicular à fachada.

Figura 51: Tim Heide e Verena vom Beckerath, vencedores de European 1, para a República Federal Alemã.



Na proposta apresentada, a abordagem a esta estratégia foi desenvolvida de formas distintas nas tipologias projetadas. Embora a lógica seja semelhante, os operadores de flexibilidade são diferentes. Na tipologia de maior dimensão, a estrutura servidora encontra-se no centro do fogo, muito semelhante à disposição encontrada no projeto de Margret Duinker e Machiel van der Torre. Na tipologia de pequena dimensão, o bloco funcional encontra-se na periferia do fogo, junto a uma das paredes estruturais da habitação, apresentando as mesmas características que na tipologia grande mas sem possibilitar a circulação em torno da estrutura servidora, assemelhando-se de certa forma ao projeto de Tim Heide e Verena von Beckerath.



Figura 52: Bloco funcional nas tipologias da proposta projetual.

4.4.2.3 O Compartimento Autónomo

A possibilidade de alterar os limites da habitação bem como dos seus acessos, através da incorporação ou exclusão de espaços, pretende criar a rutura da definição de casa enquanto espaço com limite físico definido e estático.

Como já foi referido anteriormente, através de pequenos apontamentos, como a definição de vários acessos ao interior doméstico, possibilitam a transformação dos limites e do entendimento da habitação, pois permitem a autonomização de uma determinada zona da mesma, correspondendo às necessidades dos ocupantes. Este compartimento permite assim responder às problemáticas dos habitantes da casa, como o retorno à mesma ou emancipação de um familiar (jovem, idoso), a coabitação ou necessidade de aluguer do espaço, ou até mesmo conciliar com um espaço de trabalho autónomo que não comprometa a vida doméstica.

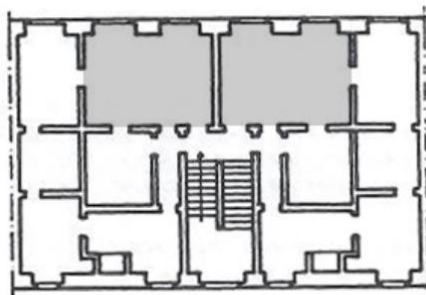


Figura 53:
Compartimento autónomo de um fogo do edifício de habitação pombalino.

A habitação da Baixa Pombalina é novamente um exemplo onde é possível encontrar este tipo de compartimento. Esta divisão era comumente denominada de quarto independente, pois caracterizava-se por ter acesso direto ao átrio de distribuição, e simultaneamente um acesso ao interior da restante habitação.

Assim desta forma, a particularidade deste compartimento, é a capacidade que tem em poder estar integrado no espaço doméstico, ou se desvincular do mesmo.

Na proposta apresentada, foi desenvolvido a hipótese da expansão e retração da casa através do desenho de um compartimento que, à semelhança das habitações da Baixa Pombalina, possa ser autónomo,

através da sua relação privilegiada com o exterior, com acesso direto ao sistema de distribuição do edifício, bem como um acesso ao restante espaço doméstico, aumentando desta forma a sua independência.



Figura 54:
Compartimentos
autônomos na proposta
projetual.

4.4.2.4 A Circulação Alternativa

As tipologias de habitação atuais oferecem, por norma, um sistema de circulação muito simples, composto geralmente por um espaço específico unitário (corredor/hall), que distribui para todos os compartimentos da casa, que por sua vez, apenas são acessíveis por meio de uma única porta.

Neste sentido, adotar uma circulação múltipla, em que os espaços se encontram articulados, através de diversas ligações entre si, possibilita um grau de apropriação diferente sem determinar as funções dos mesmos. A circulação alternativa aliada a variadas entradas e saídas permitem que o atravessamento entre dois espaços possa ser realizado de diversas formas, privilegiando também a escolha dos usos por parte dos utilizadores, transformando-se facilmente caso os mesmos alterem.

A implementação de portas entre os compartimentos permite a comunicação entre os mesmos, maximizando as relações dentro de casa. *“Uma casa é uma mudança mais incisiva que melhora o uso da casa ao permitir que os espaços se relacionem entre si, garantindo a manutenção da individualidade, portanto, a privacidade dos mesmos,*

*sendo ainda reversível: uma porta pode, sempre, fechar-se*⁷⁸. Desta forma, a casa pode funcionar como uma sucessão de espaços encadeados e sucessivos, comunicantes através da colocação de portas, garantindo a privacidade quando desejada. A partir deste mecanismo é possível que os espaços comunicantes possam adquirir diversos usos, como quartos, escritórios, zona de estar, entre outros.

Outra questão relacionada com a circulação alternativa, e de grande relevância no desenvolvimento de um espaço habitacional de carácter flexível é a criação de múltiplos acessos ao fogo. Como Xavier Monteys e Pere Fuertes demonstram ao constatar que *“uma das invariantes menos questionadas, ainda hoje na casa é, sem dúvida, a existência de uma única porta de entrada para o fogo”*⁷⁹. Aumentar o número de acessos à mesma, oferece mais autonomia à habitação, permitindo a maior variedade de acessos e consequentemente um aumento nas possibilidades de circulação. Esta estratégia permite ainda a autonomização de um ou mais compartimentos da casa.

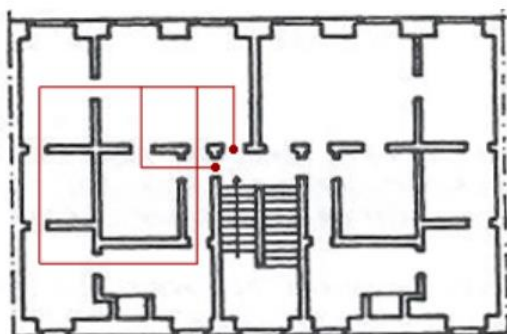


Figura 55: Circulação e acessos ao fogo do edifício de habitação pombalino.

Nas habitações da Baixa Pombalina, do século XVIII, é perceptível a multiplicidade de circulações no seu interior, e no limite, sem a existência de um corredor único de distribuição. A relação entre os compartimentos contíguos é realizada através de portas. O acesso à habitação é realizado através de duas entradas, permitindo a autonomização de determinados espaços da casa. Desta forma é possível a distribuição por espaços de diversos domínios, oferecendo maior grau de liberdade na clarificação e caracterização dos mesmos pelo utilizador.

⁷⁸ GRUPO DE INVESTIGACIÓN HABITAR. *Rehabitar [5]: más puertas*. Madrid:Lampreave, 2010, p.5 (tradução livre da autora)

⁷⁹ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 72 (tradução livre da autora)

Na proposta desenvolvida, é possível observar as oportunidades criadas pela aplicação desta estratégia. Na tipologia de grande dimensão, estando o bloco funcional localizado no centro do fogo permite que exista uma circulação principal que se desenvolva em torno do mesmo. Para além desta, existem outras possibilidades de circulação, com um carácter mais periférico, através do atravessamento dos diversos compartimentos, quando se encontram conectados na sua totalidade. Na tipologia de pequena dimensão, o bloco funcional encontra-se localizado na periferia do fogo, ainda que interior, possibilitando a circulação ao longo do corredor criado para o efeito, que permite o acesso a todos os compartimentos. Da mesma forma que na tipologia de grande dimensão, o fogo de pequena dimensão é pautado por circulações secundárias periféricas, através do atravessamento dos diversos compartimentos.

Em ambas as tipologias, existe mais do que um único acesso às habitações, permitindo o livre acesso ao interior do fogo, bem como a possibilidade de autonomização de um dos compartimentos em relação à restante habitação. A utilização desta estratégia permite que os compartimentos possam ter ainda um carácter mais neutro, possibilitando uma melhor adaptação às alterações de vida no interior doméstico.

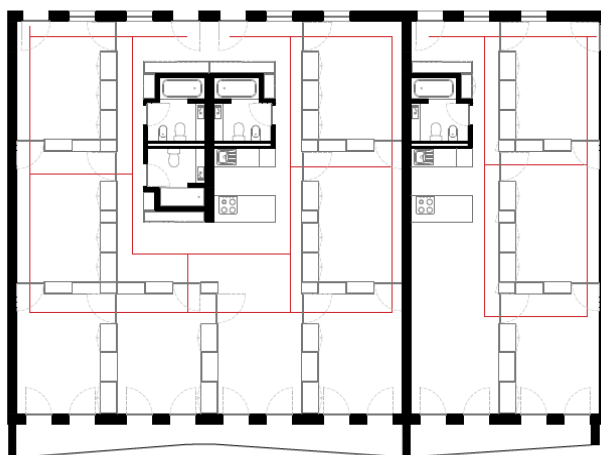


Figura 56: Proposta de diversas circulações na proposta projetual.

4.4.2.5 Dentro da Parede – O Armário como Elemento de Separação

A casa caracteriza-se pela subdivisão de espaços que originam os diversos compartimentos, mesmo que indeterminados, podem ser concebidos de forma, a que a concretização dessas divisões respondam da melhor maneira às questões relacionadas com a flexibilidade.



Figura 57: Habitação amostra de *Eames Contract Storage*, 1961.

Uma das estratégias de flexibilidade cuja capacidade de adaptação aos modos de vida dos utilizadores, possibilita posteriores transformações, consiste em sistemas de separação evolutiva como paredes montáveis e desmontáveis. A partir da construção deste tipo de divisórias, consegue-se alterar a compartimentação do espaço habitacional, sendo que permite a transformação de pequenos espaços noutros de dimensões superiores, bem como separar uma divisão grande, em duas de pequena dimensão com funções bastante distintas. Neste sentido, unir e separar espaços no interior do espaço doméstico, utilizando esta estratégia, conforme as necessidades e ciclos dos utilizadores, torna-se numa ferramenta eficaz na resposta às alterações do agregado familiar. Importa também referir que, para que esta estratégia seja facilmente aplicada é necessário que a malha estrutural permita um grau de liberdade na definição da compartimentação, bem como divisórias que sejam leves, passíveis de serem montadas e desmontadas sem grande complexidade.

A utilização de paredes espessas são uma das possibilidades de aplicação desta estratégia, devido à sua dupla finalidade, ou seja, permitem a divisão de diferentes compartimentos, bem como concedem a possibilidade de arrumação. Devido à sua constituição possibilitam uma maior liberdade de transformação da habitação, sendo que são facilmente alvo de alteração. A importância deste sistema é abordada por Monteys e Fuertes em que destacam que

“quando os armários assumem, também, o papel de incorporar alguns dos móveis da habitação, os que a caracterizam para um uso concreto, está-se a destacar um modo distinto de entender a flexibilidade.”⁸⁰

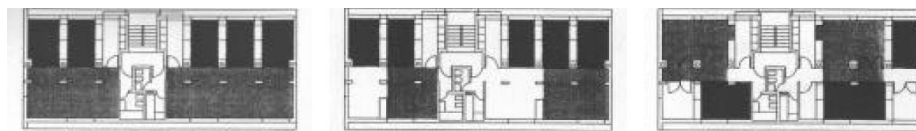
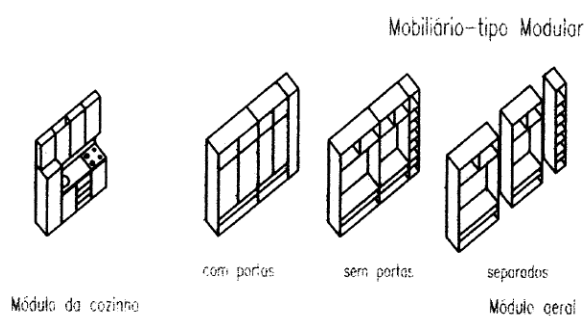


Figura 58 e 59: Planta e módulos de mobiliário do projeto de Nuno Montenegro para o concurso INH, 1998.



No caso do projeto desenvolvido por Nuno Montenegro, para o concurso INH, em 1998, destaca-se o desenvolvimento de diversos tipos de módulos de arrumação. Estas divisórias representam uma oportunidade de transformação do espaço, através da organização de módulos-tipo pré-fabricados, com diversas tipologias.

No projeto apresentado, surgiu a necessidade de explorar este tipo de estratégia, que permita uma maior alteração do espaço doméstico. Assim sendo, a divisão dos compartimentos é feita através de módulos de mobiliário, criando paredes espessas, com um nível de utilidade acrescido para além da simples divisão de compartimentos. Entre cada compartimento, existe uma composição de módulos que variam entre o armário de duas portas, armário de uma porta, estante e porta, com 60 centímetros e 40 centímetros de largura. A posição da composição dos módulos pode variar conforme a métrica estabelecida através da fachada e bloco funcional do interior da habitação. Como referido anteriormente, a tipologia de

⁸⁰ MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 66 (tradução livre da autora)

grande dimensão, pode conter até oito compartimentos, e a tipologia de pequena dimensão, até quatro divisões.



Figura 60: Módulos do mobiliário constituente das divisórias dos compartimentos da proposta projetual.

5 O PROJETO

No seguimento da investigação anterior, o presente capítulo, pretende demonstrar o plano geral de regeneração urbana delineado para o local, com especial enfoque no conjunto habitacional, resultante da agregação das tipologias já apresentadas.

Estratégias de Intervenção

Como foi referido anteriormente, a proposta projetual situa-se na freguesia de Marvila, na zona oriental da cidade de Lisboa mais concretamente na junto à doca do Poço do Bispo. Através da análise efetuada e presente no capítulo II, são perceptíveis as carências, bem como as potencialidades deste local. Neste contexto, tomou-se em conta os planos estratégicos elaborados pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha que engloba os planos estratégicos para a zona do Poço do Bispo/Beato e Braço de Prata/Matinha, que englobam projetos para a maioria dos espaços públicos e vazios identificados na respetiva zona, bem como as intervenções realizadas de caráter privado em algum do edificado de linguagem industrial, como usos integrantes da estratégia geral de intervenção.

No entanto importa realçar que a estratégia geral de intervenção passa por regenerar e habilitar a zona anteriormente identificada, através de um conjunto de ações capazes de promover uma melhor articulação dos espaços e usos existentes com os propostos, transpondo algumas das barreiras/obstáculos viários e arquitetónicos também prontamente identificados. Torna-se necessário entender que o edificado em conjugação com o espaço público formam uma estrutura contínua de grande valor para a cidade. Neste sentido, pretende-se estabelecer ligações entre os tecidos urbanos envolventes, de forma a criar uma continuidade.

De forma a colmatar as deficiências nos usos existentes, a estratégia passa por dotar esta zona de novos usos e funções suficientemente diversificados, proporcionando a fixação de novos grupos sociais (jovens adultos, estudantes, entre outros), não

menosprezando a importância da relação e manutenção da população residente no local.

A proposta projetual contempla ainda a inclusão de um conjunto de edifícios numa área atualmente ocupada por edifícios, maioritariamente devolutos, com capacidade de acolher e combinar diversos usos como o comércio tradicional, trabalho, lazer e habitação, tendo como intuito trazer novas possibilidades de vivenciar o espaço, bem como novos modelos de habitação (habitação flexível), como tentativa de criação de uma envolvente urbana capaz de atender as necessidades sociais da zona. Desta forma pretende-se atender aos novos residentes que alvo de captação esta região, com o intuito de “regenerar” também a pirâmide etária desta zona em particular.

Plano Urbano

A proposta urbana desenvolvida toma em consideração as diretrizes gerais do Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha para a zona em questão. Sendo feitas, apenas, algumas alterações mais específicas no quarteirão de intervenção da proposta mais detalhada, delimitado pela Rua Fernando Palha, Rua Fábrica de Material de Guerra, Rua Amorim e pela Rua do Mar. São também tomados em conta os quatro objetivos para iniciativas de regeneração urbana, enumerados anteriormente: melhoria do ambiente físico, melhoria da qualidade de vida população (desenvolvimento de espaços e atividades culturais), melhoria do apoio social à população (disponibilização de espaços e serviços de apoio social), e melhoria da capacidade económica da população (criação de emprego, formação).

No que diz respeito à mobilidade é proposto a consideração da reformulação da Praça 25 de Abril proposta no plano geral de intervenções camarário, também considerado no projeto Jardins do Braço de Prata do arquiteto Renzo Piano, de forma reorganizar o sistema viário da zona, bem como das deficiências da configuração atual da mesma como espaço público de interesse. É considerada também a reformulação da Avenida Infante D. Henrique e Rua do Mar, que resultam da reestruturação da referida praça, sendo o principal eixo viário da zona. A ciclovía existente é tida em conta, sendo

redesenhada junto deste nó viário de forma a acompanhar as referidas intervenções e reforçar a sua ligação com o rio.

A nível ambiental, é proposto a reformulação do vazio urbano junto da Fábrica do Braço de Prata, tornando-o num espaço público qualificado, como forma de complementar o grande zona verde prevista junto à doca do Poço do Bispo e que se estende no sentido norte até ao cais da Matinha, que também consta do plano geral camarário e dos planos de pormenor da Matinha e do projeto Jardins do Braço de Prata., formulando um extenso eixo verde.

Ao nível do edificado, são previstas algumas alterações nos quarteirões a oeste da Avenida Infante D. Henrique, por forma a responder às questões da continuidade edificada, bem como ao nível do espaço público. Nesse sentido, é proposto uma interrupção no quarteirão do complexo da antiga Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, de forma a permitir a ligação entre o interior do mesmo e o quarteirão alvo da proposta mais detalhada. Esta intervenção permite o desenho de uma continuidade ao nível do espaço público, paralelo ao rio, como que um nível intermédio entre o mesmo e interior da malha urbana mais consolidada. Quanto à definição de usos neste complexo de armazéns são mantidos os usos atuais (comércio, ginásio, espaço de *cowork*, ateliers criativos), devido ao facto de irem ao encontro dos objetivos propostos nos planos camarários para a zona, bem como dos objetivos definidos acima, tornando-se num novo foco de atratividade para a zona. A mesma atitude é tomada em relação ao uso do edifício da Fábrica do Braço de Prata, pois responde à necessidade da existência de um polo atrativo de atividades culturais e criativas. O referido eixo intermédio continua no quarteirão seguinte, o que será alvo da proposta de edifícios que irá ser detalhada mais à frente, reforçando a linha já existente no mesmo, estendendo-se num contexto visual até ao primeiro edifício do projeto Jardins do Braço de Prata, atravessando o quarteirão onde se localiza a Fábrica do Braço de Prata, sendo um dos elementos principais na definição desse novo espaço público qualificado. Importa ainda referir que este novo eixo é pautado por pequenas interrupções viárias, por forma a permitir não só o acesso

automóvel e pedonal ao centro da área interior consolidada, como a criação de momentos onde seja permitida a ligação visual com o rio.

Desta forma é possível entender que a compreensão deste plano passa pela consolidação e regeneração da zona edificada mais próxima do rio como uma área fortemente pautada pela construção, deixando a margem liberta para um uso público qualificado (verde e lúdico), aproximando a população do rio, de uma forma mais natural e sustentável.

A proposta projetual centra-se fundamentalmente no centro do novo eixo intermédio referido na descrição do plano urbano. Como já foi referido, a referida proposta, encontra-se no quarteirão delimitado pela Rua Fernando Palha, Rua Fábrica de Material de Guerra, Rua Amorim e pela Rua do Mar. A escolha deste espaço teve em conta a sua posição privilegiada e dotada de visibilidade e ladeada por edifícios de carácter histórico como o complexo da antiga Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, a Sul; o edifício Domingos Barreiros, a Oeste; e a Fábrica do Braço de Prata, a Norte. É uma proposta de nova construção que se insere de melhor forma no conjunto, em lugar da configuração atual do quarteirão, ocupado na sua maioria por edifícios devolutos, sendo apenas mantidos os edifícios com pequenas atividades comerciais localizados a Sul. Este conjunto será o mais desenvolvido de todo o plano, propiciando o trabalho paralelo entre o edificado e o espaço público que o envolve.

A Proposta

O novo conjunto projetado é constituído por dois volumes, um destes com o formato de “U” e o outro em “banda”, por forma a abraçarem a ideia do novo eixo que atravessa este quarteirão. O primeiro edifício teve como preocupação a constituição da continuidade da frente de rua deste território voltada a Este, para a Rua do Mar, com o intuito de criar um edifício que mantivesse a relação de cheio e vazio adequada, mas que o seu nível térreo fosse vazado pontualmente, modo a possibilitar a permeabilidade para o interior do quarteirão, como paragem ou atravessamento. O segundo edifício foi pensado da mesma forma, mas permitindo uma abertura maior ao tecido consolidado, visto ter frente para ruas de importância secundária como

a Rua Fábrica de Material de Guerra e a Rua Fernando Palha. Este esquema pode ser associado a uma reinterpretação dos quarteirões tradicional e modernista.

Desta forma, no que toca ao primeiro edifício são introduzidas entradas pontuadas nesse embasamento para o interior de quarteirão público, propiciando permeabilidade. O interior deste quarteirão é (quase que de forma contraditória, apesar de formar um espaço inevitavelmente mais reservado), uma praça ampla em relação directa com programas públicos à escala da rua e do bairro. O interior de quarteirão, normalmente associado a um espaço de pequena escala, é aqui ampliado para uma praça como espaço público de apoio à comunidade.

O conjunto é contemplado com um piso de estacionamento subterrâneo, tendo a dimensão delimitada pelos edifícios projetados e praça, sendo acessível a partir da Rua Amorim, na fachada Sul do edifício em forma de “U”. A entrada e saída do mesmo é realizada através de um único acesso.

No piso térreo, como já referido há um embasamento mais pesado, onde se localizam espaços de dimensões semelhantes que apesar de pensados para programas de comércio, devido à sua configuração podem adquirir outros usos, como a de um espaço de trabalho, como é possível de se verificar no caso do edifício em “banda”.

Nos níveis superiores de ambos os edifícios, é contemplado um programa habitacional de carácter flexível, onde são desenvolvidas duas tipologias, uma de pequena dimensão e outra de grande dimensão, apresentadas no capítulo anterior. Estes modelos tipológicos encontram-se agregados ao longo de quatro pisos, sendo acessíveis através de galerias. Os acessos a estes pisos são realizados através de acessos verticais que se encontram ao longo dos edifícios, tendo a particularidade de permitirem o acesso ao nível da cota da rua, através do exterior do quarteirão bem como a partir do seu interior.

O conjunto apresentado apresenta-se assim como um edifício multifuncional habitacional com programas públicos que sugerem o convite à participação da vida pública da zona, com programas de relação com a rua e balançando entre o cheio e o vazio.

Espaço Público

O conjunto habitacional nasce da intenção de criar um percurso que estabeleça a ligação entre os espaços públicos circundantes (Espaço público junto à Fábrica do Braço de Prata, o espaço público junto ao Complexo Abel Pereira da Fonseca e a Praça David Leandro da Silva) e a manutenção de uma frente edificada junto da Rua do Mar, complementando assim a existente do Complexo da antiga Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca e a futura frente do projeto Jardins do Braço de Prata, do arquiteto Renzo Piano.

Através da sua configuração que foi possível a caracterização do espaço público envolvente. Neste sentido, são definidos dois ambientes em termos de espaço público, caracterizado por escalas diferentes. O espaço público que envolve o conjunto habitacional e o espaço público a nível urbano, caracterizado pelo jardim junto da Fábrica do Braço de Prata.

Esta diferenciação é distinguida principalmente pelas funções atribuídas ao edificado envolvente. Na primeira situação, o piso térreo é ocupado por comércio, e outros serviços, como espaços de trabalho partilhado, onde é possível encontrar pequenas áreas pensadas para o convite à permanência e convívio, para quem ali trabalha, passa ou habita, pautadas por apontamentos de espécies vegetais, que se encontram fixadas ao nível do estacionamento, permitindo o contacto visual entre o nível térreo e o nível subterrâneo. Importa também referir que este espaço contém momentos de contacto visual com o rio através da interrupção do piso térreo do conjunto edificado, criando atravessamentos que possibilitam também o contacto entre quem circula no exterior e no interior do quarteirão. Esta transição expressa a ideia de domesticidade, através da mudança de ambientes, de um nível mais exposto para um nível mais recolhido e, de certa forma, um pouco mais intimista. Na segunda situação, retrata um jardim da cidade, de continuidade e ligação com outras áreas, servindo

essencialmente com zona de passagem, e de apoio aos usos presentes na Fábrica do Braço de Prata (anfiteatro, zona de estar e zona infantil).

Linguagem

Intervir numa zona da cidade não consolidada, em que os revestimentos não apresentam nenhuma homogeneidade nem caracterização especial para a região, torna-se fundamental a determinação de uma nova linguagem que se integre com a envolvente e que simultaneamente faça distinção. Neste sentido, optou-se pelo estabelecimento de uma relação com alguns dos elementos caracterizadores da cidade de Lisboa, procurando alcançar alguma homogeneidade na proposta, e também por forma a atender às necessidades específicas das tipologias.

O carácter singular da cidade de Lisboa é passível de ser alcançado através de uma comunicação que transpõe os limites da casa e por isso, a preservação da sua linguagem é essencial.

Deste modo, estabeleceu-se um ritmo na fachada através de vãos cujas dimensões e proporções são similares às encontradas em algum do edificado existente na envolvente. As materialidades utilizadas para a caracterização das fachadas foram o azulejo e o lioz. Procurou-se explorar novamente noções de ritmo através da introdução de pequenas varandas exteriores avançadas nas fachadas exteriores do quarteirão alvo de intervenção, bem como, noções de sombras nas fachadas interiores dos edifícios, através das galerias de acesso às habitações. Ambas as formas conferem maior expressão, amplitude e singularidade aos edifícios, destacando-os de certa forma, de toda a envolvente arquitetónica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da temática abordada, “reativar e habitar a cidade, novos modelos de habitar enquanto estratégia de regeneração de Marvila”, mostrou-se necessário o estudo de dois temas em separado, mas que em conjunto trabalham para o mesmo fim, resolver a problemática existente de forma a dar resposta a constante evolução da sociedade.

Tais aspetos levaram a que numa fase inicial do trabalho, fosse feita uma análise do contexto social, histórico e urbano do local, bem como das suas dinâmicas e vivências atuais, por forma a entender o território alvo de intervenção. Foi possível constatar os seus problemas e carências, bem como as suas potencialidades, conjugando com diversos documentos estratégicos.

Através da exploração da grande temática da regeneração urbana foi possível entender os conceitos teóricos relacionados com a mesma, e em que medida as estratégias envolvidas tem resultado quando aplicadas em casos práticos, mais especificamente num contexto de antigas zonas industriais. Estes permitiram a formulação de uma estratégia de intervenção com diversos objetivos para um território de grande dimensão como é a antiga zona industrial de Marvila, promovendo diversidade e a leitura unificada de uma malha necessitada de consolidação.

Quanto ao tema da flexibilidade na habitação, sistematizaram-se os benefícios da inclusão de flexibilidade na arquitetura, bem como a sua utilidade para a casa e para os modos de habitar da sociedade. Identificaram-se estratégias e operadores, que permitiram, aliados a casos de estudo, o desenvolvimento de duas soluções tipológicas de grande valor, potenciadoras de uma ocupação diversificada ao longo do ciclo de vida dos habitantes.

Num âmbito mais alargado, a proposta projetual de um conjunto multifuncional, produziu uma resposta, a um problema, que apesar de inicialmente, de um modo estratégico muito geral, foi pensado para um lugar bastante específico. A solução final expõe características físicas e espaciais capazes de responder às

necessidades do lugar e de uma sociedade diferenciada e em constante evolução.

Devido à complexidade dos temas envolvidos, muitas questões ficaram por explorar ou resolver, embora os objetivos da investigação tenham sido alcançados. De uma forma geral, os temas ganham especial interesse, no desejo de se poder aplicar o modelo concebido em contextos urbanos diferentes, explorando inúmeras estratégias e capacidades de adaptação, tanto ao nível da habitação como ao nível dos processos de reativação de uma determinada zona urbana, tornando-a mais viva e diversificada.

Por fim, é possível concluir que se se prover as cidades de edifícios que possam ser adaptados e assim perpetuados ao longo do tempo temos uma resposta continua e adaptável às alterações das necessidades sociais e urbanas. Face a essa constante mudança este modelo de cidade a obter é válido, pois não se torna responsável pelo seu declínio. Tudo porque esses edifícios ficam dotados de uma grande diversidade de utilização, relacionando habitação com usos públicos. Esta interligação garante assim o permanente fluxo de habitantes, bem como, possibilita uma relação com as preexistências, como antigos complexos industriais, fazendo prevalecer também a memória social e urbana das cidades. Deste modo, a estratégia adotada, enquanto possível novo modelo de habitar a cidade, apresenta-se válida, contribuindo de forma eficaz para a procura de soluções para as problemáticas contemporâneas da sociedade e da sua constante evolução.

Uma forma de entevir na cidade consolidada de modo a responder às necessidades presentes, construindo para o futuro.

Número de palavras: 19 766

BIBLIOGRAFIA

Artigos/Conferências

AAVV. *a+t – vivenda y flexibilidad (I)*, Nº12, 1998

BAPTISTA, Luís Santiago. “Habitar Colectivo – a tensão entre o modelo e evento na modernidade arquitectónica” in *Arquitetura e Arte*, Nº 57, Maio 2008, pp. 8-11.

CALHEIROS, Sónia. “Marvila a Fervilhar” in *Revista Visão*, Suplemento Sete, Setembro 2015, pp. 4-7.

DIENER, Roger. “Diversitat d'hàbits = Diversité des mœurs” in *Quaderns d'arquitectura i urbanisme – Forum Internacional – Debates Centrais*, Nº 213, Barcelona: Actar, 1996, p. 80.

DOMINGUES, Álvaro. “Património Industrial e Requalificação Urbana” in *Atas do Colóquio de Museologia Industrial*, 17 e 18 de outubro de 2002, Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria, p. 124.

FERREIRA, Vítor Matias. “Centralidade e fragmentação” in *XXI – Isto é cidade*, Nº 4, Junho 2015, pp. 88-92.

FOLGADO, Deolinda. “Paisagem Industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?” in *Margens e Confluências*, nº3, Guimarães: Escola Superior Artística do Porto, Dezembro 2001 pp. 65-89.

LAUWE, Paul Choubart de. “Sociologia da Habitação: Métodos e Perspectivas de Investigação” in *Arquitectura*, nº 68, Lisboa, 1960.

MONTEYS, Xavier. “Doméstica: Distribució és un teme massa estret!”, in *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme*, Nº 250, Barcelona: Actar, 2006, p.58

MOREIRA, Graça. “Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos” in *Artítextos*, nº5, Dezembro 2007, Lisboa: FAUTL, pp. 117-129.

NEVADO, Ana. “Do Global ao local – Breve reflexão sobre a regeneração urbana” in *Arquitetura e Arte*, Nº 119, Julho/Agosto 2015, pp. 94-97.

VÁSQUEZ, Isabel Breda. “A reabilitação do património edificado no contexto da regeneração urbana” in *2.º Seminário A intervenção no património práticas de conservação e reabilitação*, 12 a 14 de Outubro de 2005, Porto: FEUP, 2006, pp. 3-14.

Legislações/Documentos Oficiais

Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Maio 2008.

Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Março 2011.

LX-Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário, Áreas de intervenção na cidade de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Marca e Comunicação, 2013.

Plano Estratégico de Habitação, Lisboa: Instituto de Habitação e Planeamento, Abril 2008.

Programa Local de Habitação de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Abril 2012.

Vocabulário do Ordenamento do Território, Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2000.

Livros

ALTMAN, Irwin. e **GAUVAIN**, Mary. “A cross-cultural and dialectic analysis of homes”, in L.S. Liben, A. H. Paterson e N. Newcombe

(Edts.), *Spacial Representations and Behavior across de Life Span*, Londres: Accademic Press, 1981, pp. 283-320.

ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa* Vol. XV, Lisboa: Vega e Herdeiros do Autor, 1993.

AURORA, Fernández e ARPA, Javier. *The public chance: New urban landscapes. a+t ediciones*, 2008

ASCHER, François. *Os Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BAPTISTA, António e MARTINHO, Maria. *Programas URBAN e Reabilitação Urbana – Revitalização de áreas urbanas em crise*, Porto: Direção-Geral do Desenvolvimento em Portugal, 1996.

CABRITA, António Reis e COELHO, António Baptista. *Habitação Evolutiva e Adaptável*, Lisboa: LNEC, 2009.

CASTELEIRO, João Miguel (Coord.). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, Vol. 1, 2001, p.1769

CONSIGLIERI, Carlos et all. *Pelas Freguesias de Lisboa – Lisboa Oriental*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

ELDONK, Jos Van e FASSBINDER, Helga. *Flexible Fixation, the paradox of Dutch Housing Architecture*, Assen/Maastricht: Van Gorcum, 1990.

ELEB-VIDAL, Monique, CHATELET, Anne-Marie, MANDOUL, Thierry. *Penser l'habité: le logement en questions*, Paris, Pierre Mardaga Editeur, 1990.

FORTY, Adrian. *Words and Buildings: A vocabular of Modern Architecture*, Londres: Thames & Hudson, 2000, pp.142-148.

FRAMPTON, Kenneth. *Modern Architecture: A critical history*, Londres: Thames and Hudson, 1982.

GALFETTI, Gustau Gili. *Células Domésticas Experimentales - Pisos Piloto*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.

GAUSA, Manuel. *Housing, new alternatives, new systems*, Basileia: Birkhäuser, 1999.

GRACIA, Francisco de. *Construir en lo construído: la arquitectura como modificació*, Madrid: Nerea, 2000.

GRANDE, Nuno. *Arquitectura & Não*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

HABRAKEN, Nicholas et all. *El Diseño de Soportes*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

HALL, Tim. *Routledge contemporary human geography series: Urban Geography*. 3ª Edição. Nova Iorque: Taylor and Francis. 2006.

HENRIQUES, José Manuel. *As necessidades Humanas e a Problemática do Desenvolvimento: o conceito de necessidades básicas*, Lisboa: Instituto Damião de Góis, 1983.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOOLHAAS, Rem e MAU, Bruce. *S, M, L, XL*, Nova Iorque: The Monacelli Press, 1995.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

LEUPEN, Bernard. *Frame and Generic Space*, Roterdão: 010 Publishers, 2006.

MASCARENHAS, Jorge. *Sistemas de Construção: O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

MONTEYS, Xavier e FUERTES, Pere. *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

MONTEYS, Xavier. *La Habitación, Más Allá de la Sala de Estar*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2015.

PARICIO, Ignacio e **SUST**, Xavier. *La Vivienda Contemporânea: Programa y Tecnología*, Barcelona: Ed. Institut de Tecnologia de La Construcció de Catalunya, 1998.

PEREIRA, Sandra. *Casa e Mudança Social – Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

PORTAS, Nuno et all. *Políticas Urbanas, Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ROBERTS, Peter e **SKYES**, Hugh. *Urban Regeneration A Handbook*, Londres: Sage Publications, 2000, pp. 9-36

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: Uma geografia urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SCHNEIDER, Tatjana e **TILL**, Jeremy. *Flexible Housing*, Burlington: Elsever Inc, 2007.

VENTURI, Robert. *Complexidade e Contradição em Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Teses/Monografias

LIMA, Mara. *Revitalização Urbana*, Monografia, Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2012.

PAIVA, Alexandra. *Habitação flexível: análise de conceitos e soluções*, Tese de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

PEREIRA, Margarida. *A casa de hoje, Reflexão sobre a adaptabilidade no interior doméstico*, Projeto final de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2013.

SIMÕES, Mariana. *Construir no Construído – Novos Modelos de Habitar a cidade para a zona industrial de Alcântara*, Projeto final de mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

WEB

HINTZ, Helena. “Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade” in *Pensando Famílias*, nº3, 2001, pp. 8-19
URL:<http://www.domusterapia.com.br/site/files/PF3HelenaHintz.pdf>
[consult. 04/04/2016]

<http://censos.ine.pt/> [consult. 10/03/2016]

http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/urban2/intro_en.htm
[consult. 19/03/2016]

<http://www.hafencity.com/en/overview/hafencity-the-genesis-of-an-idea.html> [consult. 24/03/2016]

<https://www.priberam.pt/DLPO/gentrifica%C3%A7%C3%A3o> [consult. 13/04/2016]

<http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2778&tm=35&visual=4>
[consult. 2/03/2016]

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/23/elviajero/1450870763_404445.html [consult. 12/03/2016]